

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 1917: UMA HERANÇA PRECIOSA

EM SUAS TESES "SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA" DE 1940, WALTER BENJAMIN INSISTIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SALVAR A TRADIÇÃO DOS OPRIMIDOS DAS GARRAS DO CONFORMISMO.

MICHAEL LÖWY

Depois de 1989, o conformismo, beneficiando-se da morte do pretense "socialismo real", tentou se apossar de

Outubro de 1917, fechar de uma vez por todas este capítulo e decretar o fim da história. A operação não foi bem sucedida, mas não foi por falta de esforços por parte dos ideólogos das classes dominantes, que decretaram, em uma bela e tocante unanimidade, a morte da revolução.

Outubro de 1917 pertence à tradição dos oprimidos e, enquanto uma voz, um punho ou um fuzil se levantarem em qualquer parte do mundo contra a ordem capitalista e a dominação desenfreada da lei do lucro, existirão bolcheviques. Outubro de 1917 mostrou que era possível a revolucionários, apoiados pelos trabalhadores das cidades e do campo derrubar os exploradores, tomar o poder e suprimir o capitalismo. O que foi uma vez quebrado não poderá jamais pretender a imortalidade, nem se apresentar como um destino eterno, uma lei da natureza, uma fatalidade inevitável. Ou melhor, o capitalismo não abandonará jamais tais pretensões, mas existirão sempre indivíduos, grupos ou classes inteiras que se inspiram no precedente de 1917. Deste ponto de vista, a época aberta pela Revolução de Outubro, longe de ter sido fechada, está apenas começando.

Afirmar assim, contra tudo e contra todos, sem concessões e sem lamúrias, a *universalidade* de Outubro e sua *atualidade*, nas vésperas do século XXI, não é de forma alguma contraditório com um ponto de vista crítico sobre a experiência histórica do bolchevismo. Três observações me parecem importantes:

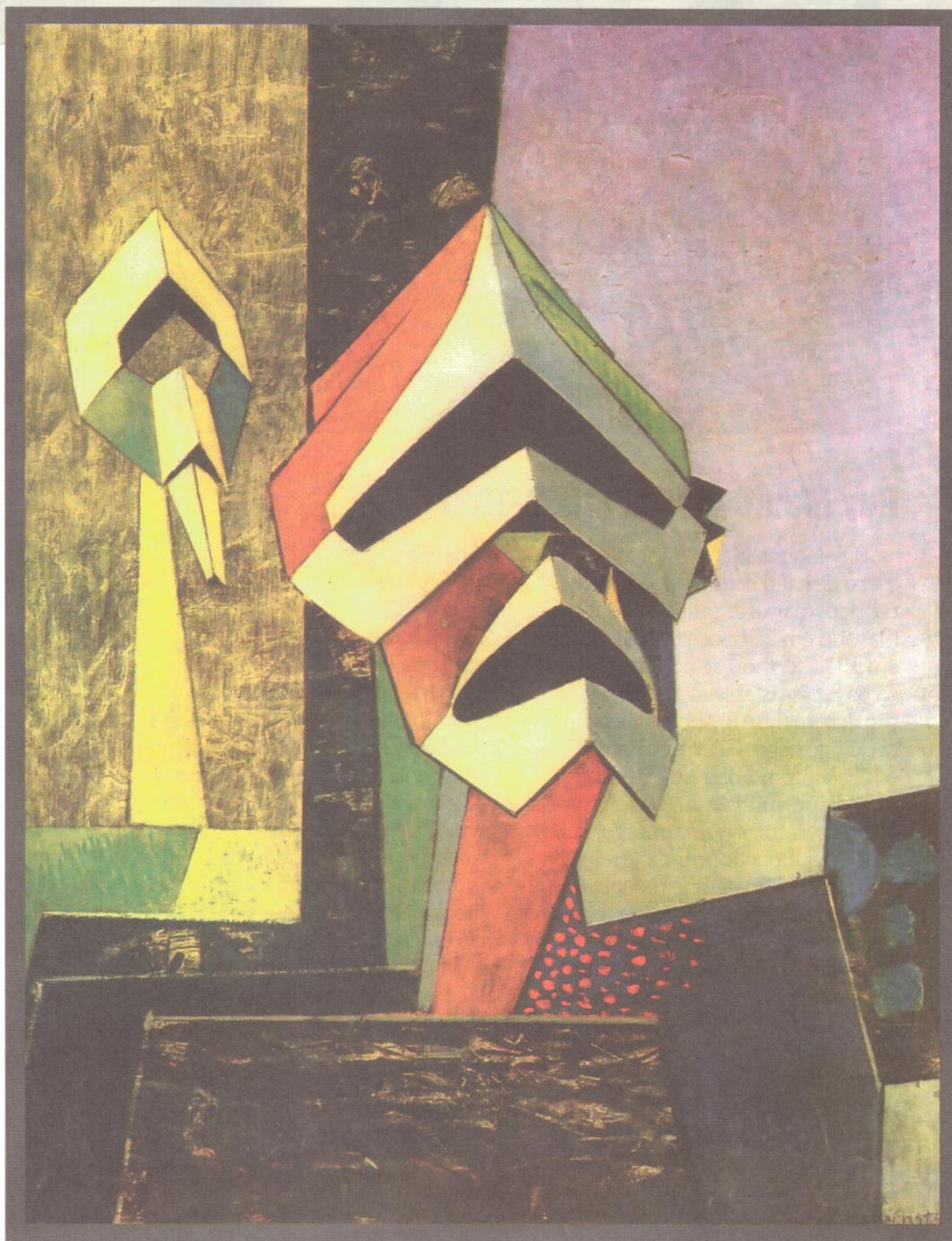
1) Outubro de 1917 não é o único e exclusivo "modelo revolucionário". Deve-se aprender com o conjunto das experiências revolucio-

nárias do século XX, sem fetichizá-las ou mitificá-las: a Europa Central dos conselhos operários de 1919, a Espanha libertária de 1936, as revoluções sociais no Terceiro Mundo. A tradição dos oprimidos é rica e múltipla, e as lições das derrotas não são menos importantes do que as das vitórias.

2) O Estado soviético dos primeiros anos, sem ser ainda uma ditadura burocrática, estava muito longe de uma democracia dos trabalhadores. Apesar da persistência de alguns aspectos de pluralismo socialista, era em seu conjunto um poder autoritário, de inspiração "substitucionista", como o jovem Trotsky o tinha previsto em *Nossas tarefas políticas* (1904). A advertência de Rosa Luxemburg em 1918 se mostrou perfeitamente justificada: sem democracia, sem eleições, sem liberdade ilimitada de expressão, os conselhos operários se esvaziam de toda substância, e dão lugar ao poder da burocracia. Antes de se tornar, a partir do *Novo curso* (1923), o principal representante da resistência anti-burocrática, Trotsky contribuiu não pouco para este descaminho autoritário: basta reler *Terrorismo e comunismo* (1920).

3) Estes erros e estes desvios sem dúvida prepararam o terreno para a usurpação burocrática. Os bolcheviques criaram um Golem, o *aparelho*, que terminou por escapar ao seu controle para se voltar contra eles e exterminá-los. Isso não significa, bem ao contrário, que se deva estabelecer um sinal de identidade entre o Estado revolucionário de 1917-1924 e o Estado contra-revolucionário da burocracia, entre os erros dos bolcheviques e os crimes dos estalinistas. Trotsky disse frequentemente, e tinha razão: entre o bolchevismo e o estalinismo há uma fronteira traçada com sangue. O último não pode assegurar seu poder sem a liquidação física do primeiro.

O capítulo "estalinismo" está se fechando. Já era tempo. Isso cria a possibilidade - não para as próximas semanas, mas para o século XXI - de agrupar novamente gerações de revolucionários ao redor da bandeira vermelha de Outubro de 1917 - não como modelo único, mas como herança preciosa e insubstituível da tradição dos oprimidos. Isso não é uma certeza, mas uma possibilidade histórica, uma chance que nos é dada. A nós cabe apanhá-la.



MAX ERNST - O NASCIMENTO DA COMÉDIA, 1947

A CRISE EXIGE RESPOSTAS FIRMES DA ESQUERDA

JOÃO MACHADO

A crise iniciada com a queda das bolsas em todo o mundo no fim de outubro revelou a situação frágil em que se encontra a economia brasileira. As medidas tomadas pelo gover-

no, em um clima da aflição e improvisação — a fortíssima elevação das taxas de juros e o pacote fiscal de 10 de novembro — atingem diretamente o bolso da população, têm forte conteúdo recessivo e são impopulares. Já provocaram queda da aprovação ao governo federal. Como os seus efeitos serão mais sentidos nos próximos meses, a desaprovação deverá aumentar mais ainda.

O cenário político mudou. Pela primeira vez desde a votação da emenda constitucional que permite a reeleição, as eleições de 98 deixam de parecer uma formalidade, um processo feito sob medida para reconduzir Fernando Henrique ao governo. Está sendo criado um cenário para uma disputa efetiva de rumos no país.

Não é de surpreender que Fernando Henrique tenha saído a campo cobrando o apoio "patriótico" das oposições às medidas impopulares. Com uma demagogia nada sutil, afirmou que "há momentos em que não se pode pensar apenas em tirar proveito eleitoral da situação", e que "em certos momentos vale mais o interesse nacional". Claro que, para ele, nos outros momentos valem mesmo os interesses particulares. Pela lógica torta de Fernando Henrique, o governo pode capitalizar resultados populares — como fez de forma extrema com a queda da inflação — mas, quando a coisa aperta, a oposição tem a obrigação "patriótica" de dividir o desgaste com o governo.

CONTINUA NA PÁG. 3

NESTA EDIÇÃO



RAUL PONT E ARNO AUGUSTIN EXAMINAM AS ALTERNATIVAS POPULARES PARA A QUESTÃO FISCAL
PÁGINAS 6 E 7

O DIFÍCIL RESCALDO DA CRISE

Carlos Eduardo Carvalho analisa as repercussões da crise financeira, destacando a reafirmação da hegemonia dos EUA na ordem econômica internacional; a difícil situação da Ásia; e as consequências do golpe sofrido pelo Brasil, que restringe a margem de manobra do governo.

PÁGINAS 8 E 9

FERNANDO KINAS DISCUTE O LUGAR DO TEATRO POLÍTICO DE BRECHT NESTES TEMPOS DE CRISE
PÁGINA 13

NALU FARIA DEBATE OS IMPASSES E AS PERSPECTIVAS NA LUTA PELO DIREITO AO ABORTO NO BRASIL
PÁGINA 16



Ruy Mauro Marini (1933-1997)

Ruy Mauro Marini, morto no começo de julho no Brasil, foi o principal teórico marxista latino-americano. Nascido em Barbacena, Minas Gerais, em 1933, formou-se no Rio de Janeiro, na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), sob a influência do sociólogo negro Guerreiro Ramos. Foi em Paris, com bolsa de estudos, que Ruy Mauro consolidou sua formação marxista, retornando em seguida ao Brasil. Aqui, participou da Juventude Socialista do Rio de Janeiro, junto com Eric Sachs, o que os levou, junto com um grupo da Liga Socialista Independente, de São Paulo (da qual participavam, entre outros, Michael Lowy e Eder Sader), e da Mocidade Trabalhista de Belo Horizonte (onde militavam, dentre os quais, Theotônio dos Santos, Vania Bambira, Juarez Britto e Maria do Carmo Britto), a fundar a Polop, em 1961.

Participou, sob a direção de Darcy Ribeiro, da fundação da Universidade de Brasília, tendo sido todo o grupo objeto do primeiro processo da ditadura militar, que os condenou exemplarmente a 15 anos de prisão.

Ruy Mauro foi o autor dos principais artigos interpretativos sobre o caráter do golpe de 64, dentre os quais "Contradições e conflitos na sociedade brasileira", publicado na revista *Teoria e Prática* e reproduzido em várias outras publicações. Como dirigente da Polop, trabalhava numa reagrupação dos sargentos e tenentes sobreviventes

da experiência de democratização das FFAA antes do golpe, quando foi preso e selvagemmente torturado nas dependências do Cenimar, centro de tortura da Marinha.

Libertado por habeas-corpus, Ruy Mauro saiu do país, vivendo sucessivamente no Chile e no México, onde vinculou-se ao MIR chileno e construiu sua carreira teórica e de formador político. Sua principal obra - *Dialética da Dependência* - tem dezenas de edições fora do Brasil, assim como *Subdesenvolvimento e Revolução*. Foi o principal teórico marxista da teoria da dependência, uma interpretação em continuidade com o pensamento de Marx, de Lenin e de Rosa Luxemburgo sobre as articulações entre o processo de acumulação na periferia do capitalismo - neste caso, na América Latina - e no centro do capitalismo. FHC e José Serra escreveram um furibundo e longo texto de crítica a Ruy Mauro, que respondeu devidamente, ambos publicados na *Revista Mexicana de Sociologia*. No Brasil, o Cebrap publicou apenas o texto dos dois primeiros, apesar de Ruy Mauro ser condenado e não terido sua obra publicada no Brasil.

Uma antologia das obras de Ruy Mauro Marini está sendo preparada para publicação no ano próximo, incluindo a *Dialética da Dependência*, "Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo" e suas últimas obras, ainda inéditas no Brasil.

Emir Sader

ANISTIA PARA TONI NEGRI

Toni Negri, diversas vezes condenado pelos tribunais italianos como "responsável moral" dos enfrentamentos entre militantes e policiais no correr dos anos 70, exilado na França desde 1983, decidiu voltar para a Itália. Ele se encontra, desde 1º de julho, encarcerado na prisão de Rebibbia, perto de Roma. Ele quer, com este gesto, colocar a questão de uma anistia geral para os prisioneiros políticos italianos.

Filósofo mundialmente conhecido por sua originalidade e pelo rigor de seus trabalhos sobre Descartes, Spinoza e Marx, Toni Negri foi o principal dirigente do grupo "Potere Operaio" (autodissolvido em 1973) e um dos inspiradores da corrente dita "autonomista operária" dos anos 70. Aprisionado em 1979, ele cumpriu, apesar de uma primeira liberação em 1980, quatro anos e meio de prisão preventiva! Eleito deputado em 1983, decidiu, depois da suspensão de sua imunidade parlamentar pela corrente majoritária da Câmara, refugiar-se na França. Quase vinte anos depois dos acontecimentos, ele ainda está - com base nos testemunhos de "arrepentidos" - condenado a vários anos de prisão. Na época, a Anistia Internacional denunciou numerosas irregularidades jurídicas nos processos conduzidos contra ele pelos tribunais italianos.

Toni Negri trabalhou muito em Paris durante estes quatorze anos, animando a revista *Futur antérieur*, ensinando na Universidade de Paris VIII e no Colégio Internacional de Filosofia, participando de numerosos seminários e de pesquisas em ciências sociais para diferentes ministérios e empresas

públicas. Ele publicou várias obras em francês, desde *A anomalia selvagem* (de 1982, lançado no Brasil pela Editora 34) e *Os novos espaços de liberdade* (com Felix Guattari, 1985, editado em Portugal) até *Spinoza subversif* (1994) e *Le pouvoir constituant* (1997). Ele se tornou, também na França, um dos inspiradores do debate político e filosófico sobre o futuro da democracia. Mas não era um cidadão pleno e não pode obter sua naturalização.

Com sua corajosa decisão, Toni Negri assume um grande risco, mas está disposto a colocar sua liberdade em jogo para relançar a demanda de uma anistia, não só para ele mesmo mas também para todos aqueles que continuam sendo perseguidos depois do movimento social e dos confrontos dos anos 70. A maior parte dos países democráticos praticam esta anistia após os grandes dramas de sua vida interior. Só uma anistia pode reconduzir à vida normal centenas de italianos ainda aprisionados ou exilados.

Comprometidos com o Estado de direito e com o restabelecimento dos direitos do homem e do cidadão para todos onde eles foram suspensos, solicitamos imediatamente aos deputados italianos responderem este convite à clemência, votando a lei de anistia e permitindo assim o retorno de Toni Negri, e de seus amigos, à vida cívica.

Etienne Balibar, professor de filosofia em Paris X; **Patrick Braouezec**, prefeito de Saint-Dennis; **Michael Löwy**, diretor de pesquisas no CNRS; **Jack Ralite**, antigo ministro e deputado; e **Jean-Marie Vincent**, professor de ciências políticas em Paris VII.

Cadernos Em Tempo Especial

Nossos assinantes de apoio recebem, nesta edição, um número especial dos *Cadernos Em Tempo*, dedicado ao debate sobre a Revolução Russa. Nele dois artigos polemizando sobre o balanço histórico da revolução: *As questões de outubro*, de Daniel Bensaid, e *Outubro: o acontecimento engolido pelo mito*, de Alain Brossat. E dois artigos polemizando sobre a obra de Lenin: *Lenin, ou a política do tempo partido*, de Daniel Bensaid, e *Esquecer Lenin?*, de Roland Lew.

Cartas e e-mails

Mesmo atrasado, não poderia deixar de parabenizar vocês que estão na frente do *Em Tempo* pelas recentes mudanças na estrutura do jornal; foi um salto de qualidade enorme. Agora cabe a nós, nos estados, melhorar a eficiência da circulação para que ele consiga chegar aos diversos militantes que estão no cotidiano das lutas, como também aos formadores e/ou multiplicadores de opinião. Além de viabilizá-lo financeiramente.

Porém, para não ficar só nos elogios, queria dar uma "pitacos":

a. Seria interessante uma pequena parte do jornal dedicada à opinião e ao diálogo com os leitores, seja através de carta, fax ou E-mail. Acredito que essa atitude democratiza e aproxima mais o leitor do conselho editorial. Ainda mais: corre-se o bom risco de chegarem idéias interessantes;

b. No nº 294 veio um comentário sobre um filme, *Ed Mort*; já no 295 faltou. Senti falta. Além de dicas para diversões, o filme é sempre uma outra forma de captar a realidade. Inclusive pode ser não apenas um filme recém-lançado, mas também um clássico, numa espécie de vale a pena ver de novo;

Joaquim Pinheiro, Natal, RN

CIÊNCIA E MEIO-AMBIENTE

Aproveito a oportunidade para parabenizar o jornal pela mudança gráfica e também pelas páginas de cultura e ciência, especialmente o texto de Américo Bernardes sobre a *Ordem emergindo do caos*. Sobre a matéria do filme *Contato*, gostaria de acrescentar que tem uma página na Internet, para saber mais sobre o filme. O endereço é <http://www.contact-themovie.com>.

Gostaria que o jornal ousasse mais em outros temas. Infelizmente o PT não tem acompanhado alguns debates que estão rolando por esse mundo afora, a questão da ciência, meio-ambiente, etc. O jornal bem que poderia tentar fazer com que o partido acompanhasse mais isso.

Angelo Rodrigues Lima, Barra Mansa, Rio de Janeiro.

AUTOCRÍTICA DO EDITOR

Zé Corrêa! Você nos fez passar por plagiadores, omitindo no artigo publicado no último *Em Tempo* a fonte de nossos dados. Por favor, no próximo publique uma errata, OK? Veja como está no original: Dados extraídos do estudo "A agricultura no Real e as medidas para a safra 1997/98", elaborado pela assessoria da liderança da bancada do PT na Câmara Federal.

Renata Menasche, Gabinete do dep. Elvino Bohn Gass, Porto Alegre, RS

EM TEMPO

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

2

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA. RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP CEP 01151-000 - FONE (011) 3667-3476 E-MAIL: EMTEMPO@AXX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP). EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, JOAQUIM SORIANO, RITA ARAÚJO, CACO BISOL E MÁRCIA RAMOS. TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL

Os partidos de oposição na Câmara Federal (PT-PDT-PSB-PC do B) reagiram corretamente a estas declarações, chamando o presidente da República de chantagista e autoritário. Especialmente incisivo foi o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, em sua coluna na revista *Carta Capital*: "Encerrando com fecho de ouro o festival de arrogância, complacência e desdém pelos de baixo, pedem, agora, que a oposição e os esquerdistas burros e atrasados parem de criticar e ajudem o governo nesta hora difícil. Só faltava essa".

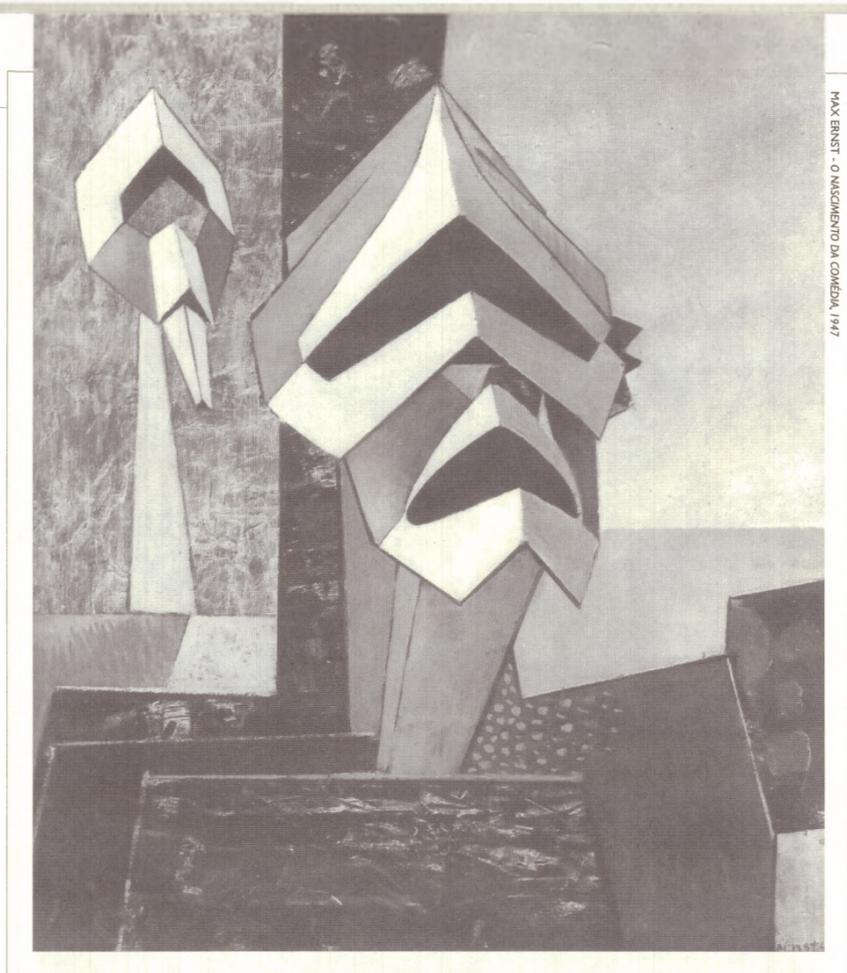
Poderia parecer que não haveria maior dificuldade para a esquerda se posicionar neste novo quadro. No entanto, não é assim, tanto pelo comportamento conciliador de alguns dos seus porta-vozes, como pelos impasses no andamento da candidatura presidencial para 1988.

APOIO AO GOVERNO?

A pior reação da oposição popular a este novo quadro foi a de Aloizio Mercadante na *Folha de S. Paulo* de 1º de novembro. Mostrando acordo total com a lógica de Fernando Henrique, ele declarou que "não está na hora de pensar em eleição e desdobramentos políticos da crise, mas sim no país. Estamos todos no mesmo barco. Se ele afunda, vamos todos juntos, especialmente quem está na terceira classe". "Nessas horas, temos de ter grandeza. Não está na hora de fragilizar o Banco Central". Consequentemente, ele afirmou que o aumento dos juros é "uma medida recesiva e dolorosa", mas que o governo não tinha outra alternativa.

Aloizio lembrou que o PT é contrário à orientação do programa econômico do governo, especialmente à "política cambial engessada". No momento, no entanto, não seria possível mudar esta política. Assumindo esta lógica, a oposição ficaria encerrada num dilema insolúvel: a política do governo é globalmente errada, mas não pode ser mudada quando entra em crise.

Aloizio chegou até a se contrapor à proposta de programa elaborada pelos partidos de oposição, da qual no entanto ele foi um dos redatores. A proposta de programa diz: "Para cumprir o novo papel do Estado na economia nacional,



MAX ERNST - O NASCIMENTO DA COMÉDIA, 1942

A CRISE COBRA RESPOSTAS DA ESQUERDA

o novo governo porá fim ao programa de privatizações de empresas estatais estratégicas". Mas, como notou a própria *Folha de S. Paulo*, "Mercadante é mais maleável", pois diz que "Não tem como sustar o processo (de privatizações), mas ele precisa ser reavaliado. Não podemos queimar patrimônio nessa marcha de insensatez". A maleabilidade de Aloizio, traduzida no apoio a programas econômicos de governos adversários, não é nova: teve o precedente notório do apoio ao primeiro "pacote" do governo Collor.

Depois do pacote de 10 de novembro, Aloizio fez críticas mais fortes ao governo, mas manteve a confusão, e defendeu sua postura anterior, dizendo "nós, que tivemos a grandiosidade (sic) de não atacar o governo quando havia o risco concreto de um ataque especulativo..." (*Folha de S. Paulo*, 16/11/97).

DANOS COM A INDEFINIÇÃO DA ESQUERDA

Mais importante ainda que o tom conciliador de alguns porta-vozes das oposições, é que a discussão da frente e da candidatura presidencial da esquerda para 1998 tem estado completamente desfocada do momento político. No lugar de se centrar no debate de fundo, em quais são as alternativas radicais (no velho e bom sentido de ir à raiz dos problemas) à orientação do governo FHC, que caracterizem um projeto de desenvolvimento distante do "nhémnhémnhém" da adaptação à "globalização" e da integração à (des)ordem mundial que aí está, a oposição se perde no debate da ampliação das alianças.

Lula, maior liderança popular do

há alternativas de fato ao que está aí. A inviabilidade (e mesmo o caráter pueril) do texto elaborado pelas "oposições" reside no fato de que o atual modelo não está aberto a correções; é um todo que enfrenta, coopta e destrói as alternativas parciais. E sua inutilidade (para quem deseja a transformação social) é clara: não serve para mobilizar nem para elevar o nível de consciência política dos trabalhadores e da maioria oprimida e excluída; não ajuda a recesionar a base social do movimento democrático e popular, único fator de real de democratização do país e que pode viabilizar uma mudança de qualidade na situação nacional.

O problema básico e preliminar a se superar é o que está na própria concepção de programa. Tem sido uma constante no PT a idéia de fazer programas na aparência factíveis, eleitorais, de governo, programas mais ou menos ajustados à correlação de forças dada. É preciso retomar a idéia de um programa para alterar a correlação de forças. É no nosso caso, isso significa, pela primeira vez desde 1989, apresentar uma visão programática de perspectiva socialista (ainda presente no texto do programa de 1994, longe do discurso).

Carlos Henrique Áraabe é membro do DN do PT.

UMA PROPOSTA INÓCUA

A proposta de programa recentemente elaborada por uma comissão de membros do chamado "fórum das oposições" (onde estavam presentes os petistas Aloizio Mercadante e Marco Aurélio Garcia) está situada na tênue fronteira entre um programa de correções do atual modelo econômico-social e a intenção de superá-lo. Marca algumas discordâncias face ao modelo que está sendo aplicado, mas as proposições são moderadas e vagas, muito distantes das exigências da situação atual. Falta a ela uma visão alternativa de estabilização, de desenvolvimento nacional, de relação com o mercado internacional, e ... de poder!

A estabilização via juros altos e câmbio sobrevalorizado é criticada, e seguida por uma vaga idéia de que o desenvolvimento seria a nova âncora de um modelo de estabilização alternativo. Esta forma de colocar o problema retoma a proposta de 1994 - que já naquele momento foi insuficiente no embate político. Agora pode se tomar uma

política corretiva: ajuste gradual do câmbio, esforço exportador, renegociação dos termos de pagamento da dívida externa.

Estas debilidades são mais ressaltadas se analisadas em conjunto com as perspectivas propostas para as relações internacionais. Aí, incorre-se novamente na ilusão de uma inserção soberana que permitiria mudanças no país com baixa intensidade de conflitos face à ordem internacional vigente.

Mas problema maior ainda é a inexistência de uma visão alternativa sobre o poder. Textualmente: "A radicalização da Democracia e a construção da República são as idéias-força de nossa plataforma política". Nem mesmo a revolução democrática do programa de 1994, que alongava mas não perdia de vista o processo de transformação socialista que defendemos para o Brasil, foi retomada.

O MODELO NÃO ESTÁ ABERTO A CORREÇÕES

A insuficiência, a moderação e o tom vago destas propostas nos remetem à armadilha de um programa corretivo - que, além de não ser viável nem útil, reforça a convicção amplamente difundida de que não

O CENÁRIO NACIONAL MUDOU, POSSIBILITANDO UMA DISPUTA EFETIVA DE RUMOS NO PAÍS EM 1998. MAS PARA ISSO, A ESQUERDA TERÁ QUE SE POSICIONAR COM MUITO MAIS FIRMEZA.

JOÃO MACHADO

país, foi indicado candidato a presidente pelo PT. Mas até agora não definiu sua candidatura. Tem estado indeciso, condicionando sua candidatura à "consolidação da frente". E a maioria dos outros partidos de oposição incorre num erro muito pior: eles estão à procura de um "candidato mais amplo que Lula". Não pensam na verdade em amplitude: o que querem é um candidato mais palatável para a classe dominante.

FHC COLOCOU O PAÍS À MERCÊ DOS PREDADORES

Na verdade, o momento é extremamente propício para fazermos um balanço de conjunto e uma crítica contundente ao significado e às políticas do governo FHC: mesmo na hipótese mais otimista, o povo sofrerá com recessão, desemprego, redução do nível de vida. Já os donos do capital financeiro, dentro e fora do país, serão preservados, e talvez até beneficiados (apesar das perdas que tiveram com o vendaval das bolsas).

Isto, de certa maneira, agora todos sabem. O que precisa ficar claro é que estes malefícios não são consequência do acaso, de um azar da vida, do destino cruel: são o resultado previsível (e previsto por muitos críticos) da orientação geral, das políticas do governo FHC. Foram elas que colocaram o país, de forma irresponsável, à mercê do capital financeiro internacional, de especuladores e predadores.

O pesado déficit na balança comercial não é obra do acaso, é resultado de opções políticas: da sobrevalorização do real e da abertura irresponsável da economia brasileira às importações. Até há pouco, os ideólogos mais conspícuos do governo diziam que este déficit não representava nenhum problema. Ficou evidente que estavam errados.

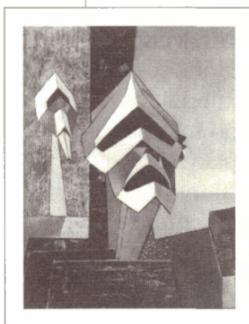
É preciso discutir uma alternativa global e radical a tudo o que aí está. Defender os interesses populares e a soberania nacional. Denunciar a responsabilidade do governo na adoção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada e na abertura sem critérios do país às importações, na fragilização da economia nacional diante da volatilidade dos capitais. Formular um programa muito diferente do que está sendo em praticado.

A hora exige grandeza ou até grandiosidade é preciso ter coragem para enfrentar, não apenas este governo, mas a pressão dos porta-vozes dos "mercados" e os consensos da mídia.

JOÃO MACHADO É ECONOMISTA E MEMBRO DO DN DO PT.

O GOVERNO JÁ APOSTA QUE A CRISE VEIO PARA FICAR. E AMARRA, A PRETEXTO DE "DEFENDER O REAL", UMA POLÍTICA ECONÔMICA QUE ANULA O QUE A ESTABILIZAÇÃO FEZ PELOS MAIS POBRES.

ANTONIO MARTINS



No mundo deprimente imaginado por George Orwell em 1984, nada é tão eficaz e tão terrível quanto a *novilíngua*. Como o poder apropriou-se da linguagem, as guerras incessantes que os três impérios globais movem entre si visam sempre preservar a paz,

e as decisões que afundam os *proles* na miséria são tomadas em nome da fraternidade.

O presidente FHC não é o "grande irmão", mas não há como negar que ele caprichou, na entrevista coletiva que concedeu dia 5 de novembro. Minutos depois de ter abraçado Paulo Maluf, e negociado com ele o governo de São Paulo, FHC alertou que "não é hora de politicagem". Depois de oferecer juros de mais de 40% ao ano aos especuladores, prometeu que "eles vão ficar com a batata quente nas mãos". Embora os tecnocratas já preparassem uma nova política econômica, jurou que "em primeiro lugar está o nosso empenho em manter o Real".

O POVO PAGA O PATO

Duas semanas depois de iniciada a primeira tempestade global sobre as bolsas de valores, ainda é impossível prever suas dimensões e conseqüências. Mas a chamada "equipe econômica" dá sinais seguidos de que se conformou com o fim das condições internacionais favoráveis que sustentavam a chamada "estabilização". Pior: tanto as primeiras medidas anunciadas dia 30 de outubro quanto as que estão sendo cozinhadas nos laboratórios do governo indicam a recaída num velho vício. Diante de uma situação de crise, paga o povo, para preservar a riqueza e os interesses das elites.

Quando já não foi possível esconder que o Real estava naufragando diante de um ataque especulativo, o primeiro impulso do governo foi... oferecer aos especuladores a chance de um ganho extraordinário, e esperar que eles se satisfizessem. No dia 29, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco (um especialista em *novilíngua*), prometeu abrir contra a especulação sua "caixinha de maldades". Vinte quatro horas depois, escancarou o cofre do Tesouro. Ao elevar a taxa mínima de juros de 20,7% para 43,4% ao ano, o BC estava assumindo o papel do indivíduo que se enroscou com agiotas perigosos, e acredita que irá acalmá-los prometendo uma remuneração cada vez maior no mês seguinte.



UMA BOMBA SOBRE O BRASIL

O primeiro resultado, nesses casos, costuma ser o sofrimento da família. Tão fácil como calcular que os novos juros consumiriam 20 bilhões de dólares por ano foi prever de onde sairia todo esse dinheiro. Numa reunião ministerial realizada dia 3, o presidente afirmou com insistência que era hora de "apertar os cintos" e anunciou cortes generalizados no Orçamento da União. Mais tarde, daria a entender que estão na mira inclusive a Educação e a Saúde, submetidas a um estado de penúria que se arrasta há anos, e cuja clientela é formada em especial pela população mais pobre.

A relação de órfãos não parava aí. Em poucos dias, a alta dos juros colocou sob ameaça a maior parte dos símbolos que fizeram a popularidade do Real. As vendas pelo crediário despencaram, porque os novos juros são proibitivos a trabalhadores que estão há três anos sem reajustes de salários. No período em que a atividade industrial tradicionalmente mais se aquece, para preparar as vendas de Natal, um número expressivo de empresas começou a decretar férias coletivas. A Associação Comercial de São Paulo revelou que mesmo antes da alta das taxas a inadimplência era 83% maior que em 96, e previu um desastre no início do próximo ano.

CPFL PRIVATIZADA COM DINHEIRO PÚBLICO

Nada disso comoveu o governo, que concentrava energias (e recursos) no esforço de tranquilizar os investidores. No dia 3, o Banco Central anunciou que as taxas de juros que infernizavam os devedores do cheque especial e do cartão de crédito não deveriam preocupar as maiores empresas. Os R\$ 33 bilhões em empréstimos concedidos pelo BNDES a elas, e vinculados a um indicador denominado TJPL, aumenta-

ram de 9,4% para apenas 10% ao ano. Esta taxa ultra-subsidiada foi oferecida dois dias depois, numa operação de 1 bilhão de dólares, ao Bradesco, Votorantim e Camargo Corrêa. Para garantir o sucesso da privatização da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), o mesmo BNDES emprestou a soma aos três grupos, que haviam sido abandonados no negócio por parceiros do exterior.

Como era de esperar, as medidas agradaram o grande capital. A primeira reação das bolsas de valores foi de euforia. A CPFL passou para mãos privadas, abastecidas com dinheiro público. Ao conceder a entrevista coletiva do dia 5, o presidente FHC afirmou que aquela era uma manhã "gloriosa". Nos subterrâneos da economia, porém, o governo já colhia sinais de que a situação não poderia ser sustentada por muito tempo.

O primeiro sinal de alerta foi a persistência das dificuldades cambiais. Depois de refreada por três dias, a corrida pelos dólares recomeçou no dia 6, porque as leis que movem os grandes investidores estrangeiros são muito parecidas às que animam os agiotas. Os aplicadores que puderam aproveitar os juros de 43% ao ano continuaram "apostando" no país. Mas nos últimos anos, os grandes grupos econômicos brasileiros tomaram empréstimos elevados em dólar, para se beneficiar das taxas de juros baixas que vigoram no exterior. Após o início da crise, parte destes empréstimos baratos passou a não ser renovada, o que obrigava o devedor a comprar moeda estrangeira para liquidar a dívida.

BOMBAS FINANCEIRAS

As crises cambiais da ordem neoliberal seguem a lógica do que o *subcomandante* Marcos chamou, num texto recente, de "bomba financeira". Elas

reenquadram a economia dos países atingidos — e em especial a força de trabalho — às exigências cada vez mais duras do capital globalizado. Na crise de 1995, os salários dos trabalhadores mexicanos perderam um terço de seu poder de compra, e nunca mais se recuperaram. Em julho, a Tailândia sofreu um abalo semelhante, e já se calcula que as medidas adotadas, após um acordo com o FMI, provocarão até o fim do ano o desemprego de 100 mil pessoas. Na semana passada, foi a vez da Indonésia, forçada a permitir importações de alimentos que deixarão desocupadas grandes massas de camponeses. O presidente FHC está decidido a permitir que um artefato semelhante caia sobre o Brasil.

Da Colômbia, onde se encontrava em visita oficial, ele convocou na sexta-feira uma entrevista coletiva e mandou um recado em tom áspero: "Não se iludam, precisamos de um ajuste fiscal mais duro - e esse ajuste virá, não tenham dúvida". Em seguida, fez questão de emendar: "Quem se opuser é contra mim". O conteúdo das medidas que o governo pretende anunciar neste pacote fiscal foi antecipado por ministros e assessores. Além da privatização já prevista de um grande número de estatais, o Palácio do Planalto pretende reduzir severamente o consumo popular e forçar a economia a produzir internamente os dólares que já não é possível captar no exterior.

1998, ANO DE EMOÇÕES

As medidas implicam em mais concentração de riqueza. As grandes empresas exportadoras, em boa parte estrangeiras, serão beneficiadas com novos incentivos fiscais e com a volta da "ciranda financeira". Como os juros brasileiros voltaram a ser muito superiores aos internacionais, elas poderão tomar empréstimos no exterior (a menos de 10% ao ano), aplicar em títulos públicos (que rendem 43%) e abocanhar a diferença. A conta será descarregada nas costas da maioria que paga impostos e sofre com a péssima qualidade de serviços públicos em estado de desmanche. Como se não bastasse, o governo está determinado a acelerar as contra-reformas constitucionais que eliminam direitos previdenciários e — segundo afirmou o próprio Presidente no dia 6 — a brigar pela "flexibilização" da jornada de trabalho.

A bomba vai estourar também sobre a política. Setores importantes do PFL e do PSDB anunciaram que não estão dispostos a votar aumento de impostos — especialmente a menos de um ano de eleições gerais. A adesão do PM-DB à reeleição de Fernando Henrique, dada como certa antes da crise, parece cada vez mais incerta e longínqua. Visto antes como um ano monótono e sem alternativas, 1998 parece transformar-se numa caixa de emoções.

Para que elas sejam ainda mais completas, falta porém o mais difícil: um programa alternativo ao neoliberalismo, capaz de fazer da esquerda, de novo, uma força que propõe transformações, transmite esperanças e simpatia. Os partidos de oposição estarão dispostos a enfrentar este desafio?

ANTONIO MARTINS É JORNALISTA. ESTA MATÉRIA FOI ESCRITA NA SEXTA-FEIRA, DIA 7 DE NOVEMBRO, ANTES DO LANÇAMENTO DO PACOTE FISCAL PELO GOVERNO FHC.

REQUIÃO, UM DÉSPOTA

É muito difundida entre os petistas, a nível nacional, a idéia de que o senador Roberto Requião de Mello e Silva (ex-deputado estadual, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná entre 1991/4) é um aliado tático do Partido dos Trabalhadores. Alguns vão mais além, acham que ele poderia mesmo ingressar no PT.

Requião tem uma vida política/pública de criador de muita polêmica e casos. Talvez por ser polemizador, ter um discurso agressivo e moralizador, com pitadas de progressismo/populismo, agrade tanto petistas além Paraná quanto alguns nativos (principalmente lideranças das tendências Democracia Radical e Articulação Unidade na Luta).

Porém, o agora Senador nunca construiu um coletivo de assessores, colaboradores, companheiros ou até mesmo de seguidores. Sempre se pautou por ações individuais; sempre foi e continua sendo voz isolada no seu partido a nível nacional. No Paraná é tão minoritário que está fora da direção partidária, e mesmo disputando uma vaga como delegado de Curitiba (sua base eleitoral) para o encontro estadual do PMDB, não a obteve.

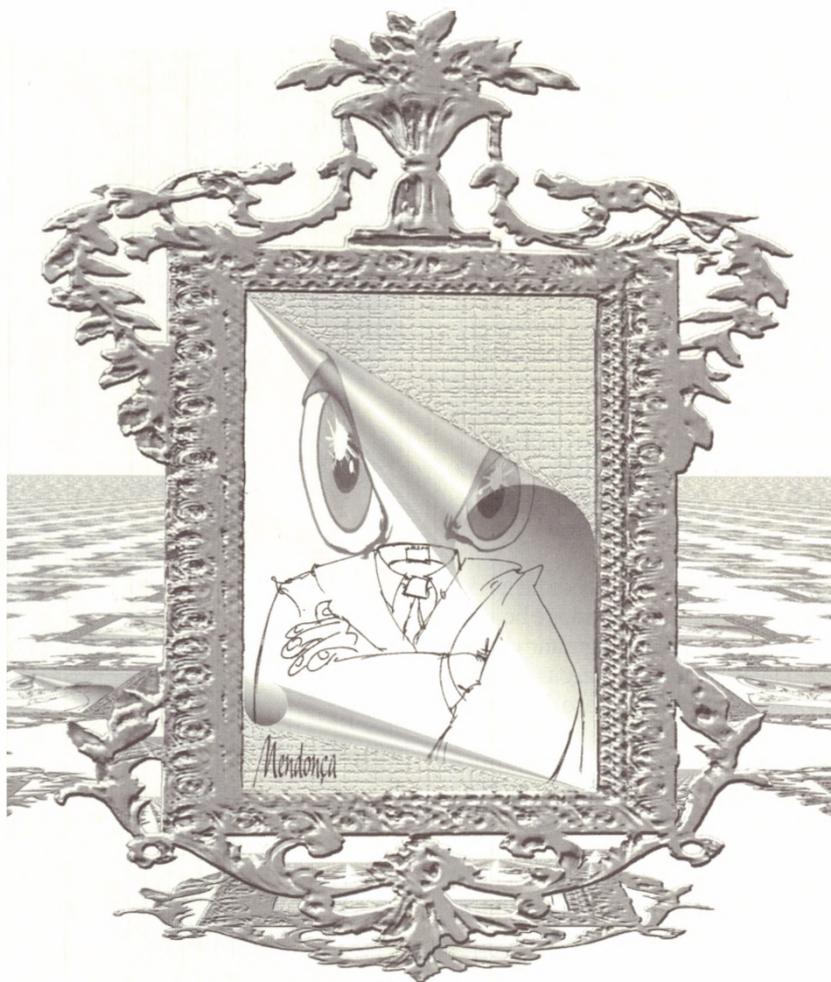
TRUCULÊNCIA

Suas administrações nunca estiveram próximas a qualquer concepção petista de governar: democratização do Estado, prioridade para a área social, transparência administrativa, luta contra o nepotismo...

Requião governou o Paraná no fim do período de ascenso do movimento social, quando a exigência de democratização do Estado e participação nas decisões era forte. Mas todas as vezes que o movimento reivindicava participação, Requião respondia que o governador era ele.

Seu governo foi tão preocupado com as áreas sociais quanto as administrações anteriores do PMDB (José Richa e Álvaro Dias) e da ARENA. Quando alguma ação defensável foi desenvolvida, foi sempre acompanhada de um profundo autoritarismo - como, por exemplo, o Conselho Estadual de Saúde, criado por decreto e integrado somente pelas entidades aceitas por Requião. Muitos outros exemplos podem ser citados: nunca negociou com lideranças sindicais dos servidores, perseguindo-as; cortou os descontos das contribuições dos funcionários em folha de pagamento das entidades sindicais/associativas que "desafiaram o Senhor"; nomeou um interventor na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste) por não concordar com o resultado das eleições para reitor; suspendeu as eleições de diretores das escolas públicas estaduais - uma conquista da categoria - para que pudesse nomeá-los.

Sua truculência foi também mostrada em relação ao Movimento Sem Terra. No seu governo ocorreu um violento despejo na localidade de Lerroville e a mais séria e grave ação policial, a execução pela Polícia Militar do líder Teixeira (sem punição ao executante e ao mandante até hoje). Requião é, no mínimo indiretamente, responsável. Existem ex-colaboradores do seu governo que acusam-no de ser o mandante.



NEPOTISMO

O governo Requião tampouco se pautou pela transparência e moralidade no trato da coisa pública. Assumiu após o governo Álvaro Dias, sobre quem pesavam inúmeras acusações de irregularidades e corrupção. Sua postura foi a de não investigar seu antecessor - que só na área de saúde teve três CPI na Assembleia Legislativa - e não permitiu que outros o fizessem. Uma dessas CPIs, instalada quando o governador era Roberto Requião, foi esvaziada pelo PMDB por sua orientação. Houve outras duas CPIs - do governo Requião - uma sobre o porto de Paranaguá, que demonstrou inúmeras irregularidades e ações irresponsáveis, e outra na companhia de saneamento (SANEPAR) do Paraná, onde também se constatou irregularidades. Recentemente o Ministério Público entrou com ação de crime de responsabilidade contra Requião e dois de seus colaboradores.

Transparência não existiu no seu governo. Quando qualquer parlamentar

suspeitava de irregularidades, ilegalidades ou corrupção e solicitava, na Assembleia Legislativa, a aprovação de um pedido de informação, jamais obtinha seu intento. A bancada de sustentação de seu governo - PMDB, PFL, PTB, PSDB, PP (hoje PPB) - por orientação do governador não permitia sua aprovação.

Tanto na prefeitura de Curitiba, quanto no governo do Estado, Requião teve uma política de nepotismo. No governo do Estado ele nomeou nada menos que dois irmãos, um primo e esposa para cargos de confiança. O jornalista paranaense Luiz Geraldo Mazza escreveu na época, na revista *Panorama*, que "nunca na história paranaense uma família inteira ocupou o aparelho de Estado como a dinastia Mello e Silva". E continuava: "de todo o orçamento do Estado, mais de 40% ficam com a família". O nepotismo era reproduzido em algumas secretarias, com os escalões inferiores, que empregavam em cargos de confiança seus familiares.

LERNER VOLTA AO ANTIGO NINHO

Em 1982, na avalanche nacional do PMDB, o primeiro governador eleito do Paraná, pós-ditadura militar, foi José Richa. Governou até 1986 fazendo seu sucessor Alvaro Dias, na época pelo PMDB, hoje no tucanato. Nessa cadeia sucessória, sempre pelo mesmo partido, Requião foi o terceiro.

Os governos do PMDB foram clientelistas, fisiológicos e poucos democráticos, se diferenciando muito pou-

co dos anteriores. Essas posturas foram corroendo a confiança e o desejo de mudança da população, sendo por fim derrotada a hegemonia peemedebista no estado pela força do *marketing* lernista.

Jaime Lerner iniciou sua vida pública como militante da ARENA, nos árduos anos (não para ele) da ditadura militar. Como militante desse partido, escolhido pelos Generais, foi por duas vezes prefeito 'biônico' de Curitiba. Posteriormente, com o discurso social-democrático, que ele emprestou ou roubou do PDT, foi eleito novamente prefeito da capital e governador do Estado. No exercício desses mandatos, apesar do discurso, Lerner nunca deu um cunho progres-

O SENADOR TEM UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELO AUTORITARISMO, PELO NEPOTISMO E PELA AMBIGÜIDADE FRENTE AO NEOLIBERALISMO

DR. ROSINHA

BILHETINHO E DENÚNCIAS APÓCRIFAS

Em muitos momentos de sua vida pública, como prefeito ou governador, Requião agiu com irresponsabilidade (deu para se ter uma idéia durante a CPI das precatórias), como criar serviços de denúncias anônimas - *disk Quercia* (até merecia) -, sem provas. Na *Folha de S. Paulo* de 30/07/91, Clóvis Rossi classificou esse ato de "pura molecagem". Não era sua primeira "molecagem", apenas mais uma de muitas outras. Quando prefeito também criou, irresponsavelmente, um serviço de denúncias contra funcionários públicos.

Requião tem o hábito de elaborar e distribuir panfletos e jornais apócrifos contra seus adversários políticos ou lideranças que manifestem idéias contrárias a suas - como fez em relação ao jornalista Luiz Geraldo Mazza. Envia bilhetes pessoais ou faz pilhérias publicamente quando não concorda com decisões tomadas por outro partido ou poder constituído.

Em relação ao projeto neoliberal, Requião é contraditório. Foi contra a privatização da Ultrafértil e da Vale do Rio Doce (empresas da União), mas foi ele que iniciou a discussão da venda das ações da COPEL (Companhia e Eletricidade do Paraná) e vendeu as ações que o Estado detinha da TELEPAR (Telecomunicações do Paraná - subsidiária da Eletrobrás).

Poderia ser muito longo esse texto se fôssemos desfiar o rosário das posturas políticas de Roberto Requião de Mello e Silva, mas o exposto basta para demonstrar que o PMDB um partido de centro-direita no Paraná e que o próprio Requião se situa em um campo político oposto ao nosso.

DR. ROSINHA É DEPUTADO ESTADUAL PELO PT/PR.

sista e/ou democrático às suas administrações, atuando sempre de maneira clientelista e autoritária. Criou ao seu redor uma casta de empresários, assessores e serviços favorecidos com seus atos.

O positivo da saída de Lerner do PDT e sua ida para o PFL é ter tirado a máscara social-democrática que usava, assumindo sua ideologia de direita. Assim como o chefe, vários secretários, que até agora viviam - por invasão -, no PDT, tiveram que assumir e segui-lo para o PFL. Como esse partido não pega bem para alguns dos "homens de esquerda" do *staff* lernista, eles assumiram, com o aval e intervenção de Miguel Arraes, o PSB paranaense.

A NOSSA RECEITA FISCAL E A DELES

AS PROPOSTAS NEOLIBERAIS SÓ ACENTUARAM A CRISE FISCAL DO ESTADO. A PARTICIPAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POPULARES SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA SANEAR AS FINANÇAS PÚBLICAS PILHADAS PELAS ELITES.

ARNO AUGUSTIN

Ao longo de anos a direita brasileira fez propaganda da tese de que o país deveria diminuir o tamanho do setor público, uma vez que a existência de um déficit público significativo e permanente, assim como de um alto nível de endividamento, trazia consequências negativas para o desenvolvimento econômico e para o emprego. Dizia também que a própria redução do setor público traria como consequência o aumento de sua eficiência e mesmo mais serviços públicos na área social.

Tratava-se, na verdade, simplesmente de aderir às teses da onda neoliberal mundial, adequando a economia local para dar livre trânsito aos interesses do capital internacional. Especificamente do ponto de vista fiscal, o objetivo era retirar o Estado da área econômica para impedir a competição do setor privado e diminuir a carga tributária, o que diminuiu os serviços e investimentos públicos na área social. A diminuição desses serviços significa, indiretamente, uma redução da renda dos trabalhadores. Enfim, a velha receita liberal.

Esta receita foi aplicada impiedosamente pelo governo federal, pelos estados e por muitos municípios. Mesmo alguns governos eleitos pela esquerda passaram a aplicá-la, alegando, fundamentalmente, em função da catastrófica situação fiscal, a inevitabilidade de ações como planos de demissões voluntárias, arrocho salarial, "reformas" administrativas e previdenciárias e privatizações. Passaram a governar com o programa de nossos adversários.

Há que discutir com profundidade esta questão. O Programa Democrático Popular, programa do PT e da esquerda brasileira, é consistente e, portanto, deve ser aplicado e dar resultados positivos. A comparação entre seus resultados e o do programa neoliberal é essencial para a vitória política de nosso projeto.

APLICAÇÃO DO PROGRAMA NEOLIBERAL - DESASTRE ANUNCIADO

Os resultados dos primeiros anos de aplicação do receituário neoliberal na União e nos estados já são conhecidos. A dívida em títulos do governo federal cresceu de R\$ 62 bilhões em 1994 para

193 bilhões em maio de 1997. O déficit público, no conceito operacional, tem se mantido em um patamar elevado: aproximadamente 4% do PIB. Nos estados a situação é a mesma. No caso do Rio Grande do Sul, a dívida pública praticamente triplicou em valores constantes nos últimos sete anos: pouco mais de R\$ 3 bilhões em 89 para aproximadamente R\$ 9 bilhões em 96, e o déficit orçamentário corrente foi R\$ 39,3 milhões em 1995 e R\$ 455,9 milhões em 1996, sendo que o Estado vinha de sete anos seguidos de superávit corrente. O desemprego no País cresceu de 8,8% em 1989, para 15% da PEA em 1996. A situação da saúde, educação e assistência social dispensa comentários.

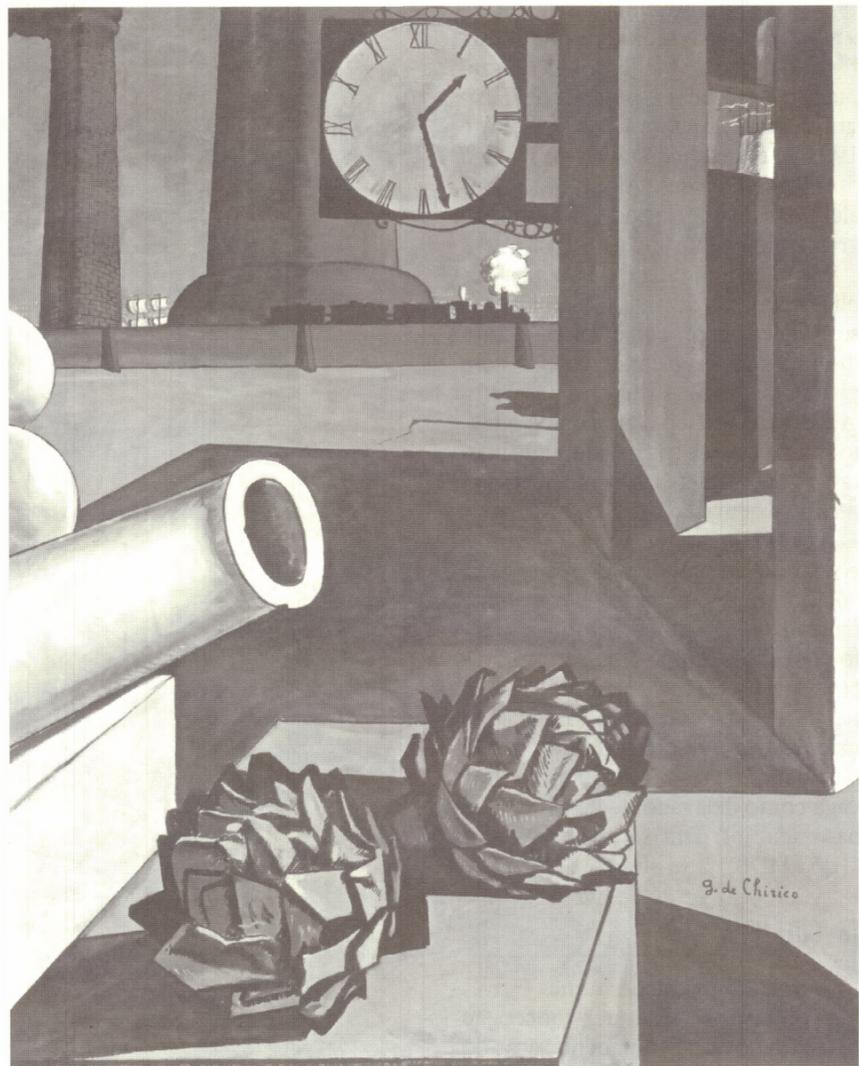
A situação fiscal e de atendimento dos serviços públicos nos estados é hoje catastrófica. As crises na Segurança Pública e a intervenção em Alagoas são apenas alguns exemplos. O caso do Espírito Santo, infelizmente muito conhecido dentro do PT, mostrou claramente que a aplicação das medidas neoliberais não resolvem a crise fiscal.

Os resultados negativos quanto ao equilíbrio fiscal do modelo neoliberal não podem causar surpresa. As políticas propostas não atuam de forma positiva sobre as contas públicas, inclusive do ponto de vista da sua consistência teórica, como se mostra a seguir:

Redução da carga Tributária - A concessão de isenções, diminuição de alíquotas e outras formas de renúncia fiscal são utilizadas sob o argumento de que trarão um desenvolvimento econômico tal que compensaria as perdas tributárias. Este argumento não é correto. Os estados e municípios que hoje têm perdas significativas com a Lei Kandir, por exemplo, sabem que as desonerações têm como consequência a queda real da arrecadação. Além disso, é absolutamente inconsistente imaginar que os encargos do setor público não cresçam junto com o próprio crescimento da economia. Tanto do ponto de vista da infra-estrutura econômica quanto do ponto de vista do salário indireto para os trabalhadores, a necessidade de serviços públicos cresce proporcionalmente ao próprio PIB.

"Reformas do Estado" - Através de Planos de Demissões Voluntárias, arrocho salarial, diminuição de direitos de aposentadoria e previdenciários, e outras medidas, o objetivo seria o de diminuir a despesa pública. Mas elas diminuem muito pouco a despesa, já que não há vontade política dos governos neoliberais para a retirada dos verdadeiros privilégios existentes em setores localizados. Os planos de demissões voluntárias, por exemplo, têm seu custo escondido, pois foram financiados por linhas especiais de endividamento abertas pelo Governo Federal. O que ocorre de fato é que as medidas apenas reduzem a capacidade do setor público de prestar diretamente os serviços, que passam a ser realizados de forma terceirizada. Na área fazendária, o desaparecimento se traduz também em queda de arrecadação.

Privatizações - Vender empresas rentáveis (e obviamente o mercado só compra pressas) traz, no curto prazo, um aporte



GIORGIO DE CHIRICO

positivo de recursos. No entanto, vender o futuro para sustentar o presente é, no mínimo, incoerente com a lógica apreendida de equilíbrio fiscal. No médio e longo prazo, a venda das estatais terá como consequência uma incapacidade do setor público de realizar sua função de fornecer a infra-estrutura econômica básica necessária, sendo compelido pelo setor privado a novos investimentos com origem fiscal. No Rio Grande do Sul, temos um dramático exemplo dessa lógica. O Governo Britto vendeu a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e utilizou os recursos para dar infra-estrutura básica e capital de giro para uma montadora da General Motors, além de isentá-la do ICMS.

A deteriorização da situação fiscal, com crescimento do déficit público e da dívida pública, tem como subproduto a manutenção dos juros em níveis elevados, o que, obviamente, resulta em um círculo vicioso de aumento da despesa.

De outro lado, é óbvio que a diminuição da carga tributária, a terceirização, a compra de estatais e os juros altos pagos pelo poder público são, sem dúvida, elementos importantes para a manutenção do lucro do setor privado. O programa neoliberal não é, portanto, um programa de resultados fiscais positivos. É o contrário. O Estado transfere receita para o lucro privado.

A DEMOCRACIA DIRETA COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO

O Programa Democrático Popular deve ter a receita inversa à do neoliberalismo. Propondo a melhoria da arrecadação tributária, combatendo as anistias, isenções e outras formas de evasão fiscal,

com manutenção da carga tributária e melhor redistribuição dela, procurando aumentar a tributação direta, a sobre o patrimônio e a renda, e diminuindo a tributação indireta. Através de instrumentos democráticos de controle social é possível aumentar a eficiência do setor público, o que permitirá a elevação da quantidade e da qualidade dos serviços prestados. No caso de Porto Alegre, temos procurado demonstrar que a opção política estratégica pela democracia direta através do Orçamento Participativo significa, na prática, a adoção de um programa de ação que atende aos interesses da maioria e que é viável do ponto de vista do equilíbrio fiscal e da governabilidade.

O Município de Porto Alegre, apesar da crise generalizada dos municípios, estados e União, mantém-se em equilíbrio financeiro, com significativa taxa de investimentos decididos no Orçamento Participativo, concedendo reajustes salariais de acordo com a inflação de dois em dois meses e pagando rigorosamente em dia o salário, 13º salário e demais vantagens. Do plano real para cá, foi concedido 98% de reajuste, o que significa um aumento real de 28,33% em relação ao IGP-M. Paga-se também rigorosamente em dia os fornecedores e prestadores de serviços e obras para a Prefeitura. Esses resultados decorrem de uma melhoria na arrecadação dos tributos próprios e no total das receitas correntes arrecadadas.

Os dados mostram um crescimento real nas receitas correntes de 165% de 1988 para 1996. Nesse período, o Produto Interno Bruto do RS cresceu apenas 18,9% (FEE), o ICMS 46,7% e estima-se que a população do Estado tenha crescido aproximadamente 10%. A arrecadação do IPTU na Administração Po-

A SANGRIA DOS MUNICÍPIOS

A política autoritária do Governo Federal está levando os municípios brasileiros à ruína. Nem mesmo a centralização dos tempos da ditadura militar foi tão espoliadora como o atual governo neoliberal. Um dos exemplos mais flagrantes dessa voracidade é o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), herdeiro do Fundo Social de Emergência, instituído através da Emenda Constitucional em 1994. O atual FEF permite ao Governo Federal se apropriar de 20% das receitas do orçamento da União que, constitucionalmente, deveriam ser repassadas aos Estados e Municípios e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). E o pior de tudo é que esta violência fiscal ocorre justamente quando a União transfere cada vez mais encargos às Prefeituras, principalmente nas áreas de saúde, assistência social e educação.

A REVOGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A "Carta de Brasília", assinada pela Frente Nacional de Prefeitos, de 8 de maio de 1997, revelou a todo o País o descontentamento dos executivos municipais e mostrou os resultados negativos do FEF nas finanças estaduais e municipais. Diz a Carta que este tipo de medida "coloca em risco a própria existência dos municípios brasileiros, numa tácita revogação do espírito da Constituição de 1988 que, ao valorizar o município e estimular o processo de descentralização administrativa, buscou dar aos prefeitos melhores condições de servir ao povo".

Assim, por exemplo, no Rio Grande do Sul, os prejuízos provocados pelo FEF chegaram a R\$ 75 milhões em 1996. Com a manutenção do Fundo, após a votação no senado, as projeções para este ano indicam perdas na ordem de R\$ 96 milhões. Mesmo com as emendas apresentadas na Câmara

Federal, o FEF continuará subtraindo 1 bilhão de reais do conjunto dos municípios brasileiros, num quadro que se agrava com a Lei Kandir e a prática generalizada de renúncia fiscal praticada pelos Estados.

Esses recursos são essenciais para a esfera administrativa municipal que recebe mais encargos por causa da extinção de órgãos federais, como o DNOS e a LBA, entre outros, sem contar com a absoluta ausência de uma política habitacional por parte do Governo Federal. Se estes recursos são fundamentais para as cidades, estão longe de resolver os problemas financeiros da União. Os encargos com a dívida pública e a renúncia fiscal do governo federal são os grandes responsáveis pelo desequilíbrio fiscal.

O Governo Federal assumiu, com o FEF, o compromisso de aplicações nos mesmos setores onde os recursos seriam retidos. Isto, porém, não aconteceu. O que se viu foi precisamente o contrário: os gastos federais nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento e urbanismo, caíram em relação a 1994.

O FAT SURRUIPADO

Entretanto, não é só em relação às administrações municipais e suas políticas públicas que o FEF causa estragos. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) também sofre severas perdas. Estima-se que, em 1996, os prejuízos dos trabalhadores chegaram a 1,7 bilhão, com a previsão de uma perda de R\$ 2,2 bilhões para 1997. São recursos que deixam de financiar os programas de seguro-desemprego, abono salarial, e geração de emprego e renda. Trata-se, pois, de uma apropriação indevida da receita do PIS-PASEP em 20% e da apropriação integral da receita do PIS arrecadado pelas instituições financeiras.

O impacto do FEF nos recursos do FAT sofreu auditoria em 1995. Nela, o próprio Tribunal de Contas da União revela que o FAT

registrou déficit naquele ano, pela primeira vez desde que foi instituído. Em seu relatório, o TCU afirma que "desde sua instituição, excetuando-se no último exercício (1995), a receita do FAT tem sido mais que suficiente para cobrir suas despesas: Programa Seguro Desemprego, abono salarial, programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES, despesas operacionais e outras". E logo em seguida constata o relatório do TCU: "No exercício de 1995, o FAT registrou pela primeira vez, desde que foi instituído em 1990, um déficit primário de US\$ 767,4 milhões, já que a arrecadação do PIS-PASEP repassada ao FAT, no valor de US\$ 4.745,5 milhões, foi inferior às despesas, que alcançaram o valor de US\$ 5.512,9 milhões. O crescimento das despesas foi superior ao crescimento da receita em decorrência do direcionamento de cerca de 27% da arrecadação do PIS-PASEP para a formação do FSE".

MAIS DOIS ANOS DE ESPOLIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

É lamentável o resultado da votação no Senado, que aprovou em primeiro turno a prorrogação até 31 de dezembro de 1999 da emenda constitucional do FEF. Apesar das manifestações e mobilizações dos prefeitos de todos os partidos, a grande maioria dos senadores manteve o Projeto de Emenda Constitucional conforme a votação na Câmara. Além disso, é falsa a afirmação de que os municípios estariam livres da retenção provocada pelo Fundo, assim que fosse votada nova emenda constitucional assinada por dezenas de senadores e que teria tramitação autônoma ao projeto ora votado em 1º turno. Não existe nenhuma garantia da votação desta proposta. Como não foi votada até agora, ficará no limbo, na gaveta. Na audiência na Comissão Constituição e Justiça do Senado, o líder do Governo, senador Elcio Alvarez, não assumiu nenhum

O FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL E A LEI KANDIR SURRUIPIAM RECURSOS DOS MUNICÍPIOS, AO MESMO TEMPO QUE A UNIÃO REPASSA PARA ELES MAIS ATRIBUIÇÕES.

RAUL PONT

compromisso nesse sentido.

Este é o quadro imposto pela política neoliberal do governo federal e seguido à risca no governo estadual do Rio Grande do Sul, mesmo que os Estados, tais como os municípios, sejam duramente penalizados pela brutal centralização fiscal da União. Por todas estas razões, torna-se cada vez mais necessária a mobilização das prefeituras e dos partidos do campo democrático popular pois a defesa dos Municípios é a defesa dos serviços públicos mais necessitados e reivindicados pela população.

Na disputa pela hegemonia política, num ano eleitoral como será 98, a ação integrada e unificadora com os milhares de Municípios hoje surruiados em seus tributos, é uma das nossas grandes tarefas agora e no ano seguinte.

A concentração da renda tributária na União, o estrangulamento dos municípios, permite-nos um diálogo e ação comum entre centenas de prefeitos que estão em busca de alternativas melhores do que a política predominante atual.

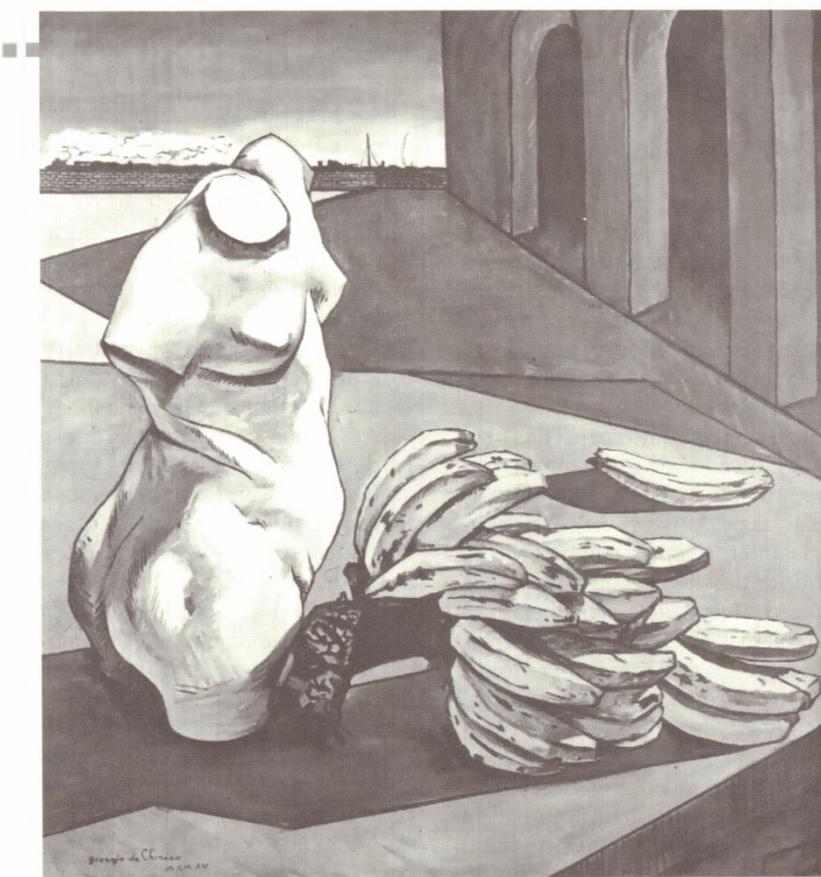
RAUL PONT É PREFEITO DE PORTO ALEGRE.

pular (88/96) teve crescimento real de 185%, a taxa de lixo, 234% e o ISSQN, 91%. As receitas próprias representam, hoje, 52,5% do total das receitas correntes da PMPA.

As transferências oriundas de outras esferas de governo têm tido uma evolução real bem inferior a das receitas próprias. Isto ocorre em função de emendas constitucionais e alterações na legislação tributária, como a Lei Kandir e o Fundo de Estabilização Fiscal, que retirou recursos do Fundo de Participação dos Municípios. De 93 a 96 as receitas de transferências cresceram apenas 37,5% enquanto as receitas próprias cresceram 72,08%.

As alterações tributárias realizadas em Porto Alegre ocorreram com o conhecimento, aprovação, e mesmo com a presença da população organizada. A existência do Orçamento Participativo criou a base social imprescindível para que os interesses econômicos contrariados e uma Câmara de Vereadores majoritariamente oposicionista não fossem obstáculos intransponíveis para as reformas tributárias realizadas.

Em 1996, pelo segundo ano, Porto Alegre teve superávit orçamentário. Antes, a cidade vinha de mais de 20 anos com déficit. A dívida pública, que em 88 representava 44,5% da receita arrecadada, representa hoje somente 7,9% dessa receita. O serviço da divi-



GIORGIO DE CHIRICO

da é de apenas 1,4%.

Quando a primeira Administração Popular assumiu a Prefeitura de Porto Alegre em 1989, a situação era muito diferente. Naquele ano, 98% da receita foi gasta com pessoal, apenas 3% foi investido e o déficit chegou a 36%. Portan-

to, no início da Administração Popular a situação era muito semelhante à situação dos estados hoje. A aplicação do Programa Democrático Popular demonstrou resultados extremamente positivos, revertendo uma situação de crise completa. Obviamente que a complexidade

dos problemas federal e estaduais é maior, mas a definição política e programática de rumos é a mesma.

A questão central é que a participação popular demonstrou ser capaz de aumentar a receita e a eficiência da despesa. O controle que o Orçamento Participativo faz através de comissões de fiscalização de obras diminui a possibilidade de desperdício e corrupção. A necessidade de aprovação pelo Orçamento Participativo de qualquer contratação de pessoal é um instrumento mais eficiente de diminuição dos gastos de pessoal do que um aleatório PDV. A população organizada pressiona positivamente o trabalho do funcionalismo público. O processo de participação popular é uma resposta estratégica e eficiente para que a administração pública possa realizar sua função.

O programa que melhor responde à questão fiscal é o Programa Democrático Popular, e não as teses ideológicas neoliberais. Se todos os governos eleitos pela esquerda, como o do Espírito Santo, por exemplo, tivessem compreendido isso, sua situação fiscal seria bem melhor. A falta desta percepção tem levado muitos governos eleitos pela esquerda a governar com o programa da direita.

ARNO AUGUSTIN É SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE PORTO ALEGRE.

A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL REAFIRMA A HEGEMONIA DOS EUA NA ECONOMIA MUNDIAL, GOLPEIA DURAMENTE AS ECONOMIAS ASIÁTICAS E AFETA GRAVEMENTE O BRASIL, RESTRINGINDO BASTANTE A MARGEM DE MANOBRA DO GOVERNO

CARLOS EDUARDO CARVALHO



Três aspectos podem ser destacados na avaliação das fortes turbulências nos mercados financeiros mundiais em outubro. Primeiro, a ordem econômica internacional está outra vez demonstrando capacidade de reação e de defesa frente à instabilidade. Segundo, a crise econômica asiática é o fato novo, grave e perturbador, de desdobramentos difíceis de prever. Terceiro, o governo brasileiro conseguiu enfrentar a crise de outubro e controlar seus efeitos, pelo menos de imediato, mas a capacidade de defender a política econômica saiu enfraquecida.

MAIS UM EPISÓDIO DE FORTE INSTABILIDADE FINANCEIRA

O capitalismo "desregulado" e "globalizado" (termos utilizáveis na falta de definições mais rigorosas) tem enfrentado várias crises extensas e complexas nos últimos anos: a queda da bolsa de Nova York e a quebra do sistema habitacional dos EUA no final dos anos 80, a crise bancária japonesa e a instabilidade cambial na Europa no começo dos 90, a crise cambial mexicana de 1994, para citar as mais relevantes. Fora o fato de ter sido a primeira crise que afetou bolsas de valores e mercados de risco em todo o mundo ao mesmo tempo, os tumultos de outubro foram apenas um episódio de uma longa série.

Em todas essas crises, porém, o sistema tem sido capaz de processar as dificuldades e aprofundar o padrão vigente, baseado na combinação de desregulamentação financeira e mobilidade crescente de capitais, ausência de regras claras de regulação macroeconômica, amplos espaços para as operações especulativas, instabilidade das taxas de câmbio. Além disso, e mais importante, as crises têm ficado circunscritas aos mercados financeiros, ou parte deles.

As crises têm afetado bem menos a atividade produtiva e o ritmo da acumulação de capital. A crise da Bolsa de

Nova York em 1987 e aos problemas no setor financeiro dos Estados Unidos seguiu-se o crescimento acelerado dos anos 90. A crise cambial européia não alterou o ritmo de crescimento lento das economias do continente. Os dois países latino-americanos mais afetados pela crise de 1994, o México e a Argentina, voltaram a crescer com rapidez já em 1996. No caso japonês, ao contrário, a crise financeira marcou o fim de décadas de expansão acelerada, mas não estão claras as relações de causa e efeito entre o fim do crescimento rápido e a crise financeira.

DESREGULAMENTAÇÃO E REGULAÇÃO ESTATAL NORTE-AMERICANA

Nessa sucessão de turbulências, por outro lado, o sistema não mostrou a capacidade de auto-regulação e de auto-equilíbrio apregoaada pelos entusiastas da soberania absoluta dos mercados e do capitalismo desregulamentado. As saídas sempre se basearam em intervenções maciças dos governos, sob a batuta da potência hegemônica, os EUA, através do Executivo ou do banco central norte-americano, o FED. Mas também não ocorreu o caos, tantas vezes anunciado como iminente por alguns dos críticos da ordem atual.

Mostra-se cada vez mais forte a tese de que um novo modelo de regulação estatal da economia internacional vem sendo desenvolvido nos últimos anos, inclusive por meio desses episódios de turbulências. Seu eixo principal é a reafirmação, a reestruturação e o aprofundamento da hegemonia norte-americana. Esse modelo tem se revelado capaz de coordenar iniciativas e bancar riscos nos momentos mais delicados. Na crise mexicana, a Casa Branca articulou com rapidez o elevado pacote de socorro de US\$ 40 bilhões, número inédito, mesmo com forte oposição dentro dos EUA e apesar da posição reticente e cautelosa de outros países centrais. O México já pagou o empréstimo, aprofundou sua integração e dependência aos EUA, passou a crescer de forma mais rápida que antes da crise, e tudo isso preservando o modelo de exclusão social, abertura externa e modernização conservadora.

Acrescente-se que o papel dos EUA como "bancador de última instância" tem se articulado com um conjunto de iniciativas de outros governos e das agências internacionais, como o FMI, no sentido de desenvolver mecanismos de proteção e regras de convivência com os problemas e de seu gerenciamento. Além disso, os novos instrumentos financeiros (*hedges*, mercados futuros, derivativos), cuja proliferação é estimulada pela ausência de regras fixas para o valor das moedas, embora em diversos momentos tenham acentuado a instabilidade, também têm operado em sentido contrário e têm contribuído para a convivência dos negócios e da circulação real com esta mesma instabilidade, algo que parecia pouco provável à luz dos exemplos do passado.

Nada disso reduz a singularidade histórica do atual arranjo financeiro mundial: ampla desregulamentação, intensa mobilidade de capitais, ausên-

cia de preços fixos e de "âncoras". Já não existem moedas com lastro ou vinculadas a mercadorias (padrão-ouro e convertibilidade são lembranças do passado). Há um enorme potencial de instabilidade no atual arranjo da economia internacional. Cada novo episódio de turbulência traz desafios originais e elevadas doses de insegurança quanto a seus desdobramentos. Ainda assim, e com boa dose de cautela, pode-se afirmar que, pelo menos até aqui, o quadro atual é muito instável, mas não é caótico.

A CRISE ASIÁTICA É O FATO NOVO

Os países asiáticos enfrentam mais que uma turbulência financeira ou cambial. Está em questão o próprio modelo de desenvolvimento acelerado que caracterizava a região mais dinâmica da economia mundial nos últimos anos. Os problemas começaram nos países mais frágeis, os "novos tigres", e que representavam a expectativa de que o surto de prosperidade não se restringiria ao Japão e aos "tigres" mais velhos.

A crise questiona a articulação externa dessas economias. As mais frágeis vinham convivendo com elevados déficits externos (déficits de transações correntes, soma de comércio e serviços), como o México até 1994 e o Brasil hoje. Alegava-se que não haveria problemas devido ao elevado volume de comércio exterior e à "boa qualidade" dos recursos externos que vinham recebendo, com maior participação de investimentos diretos (em contraste com América Latina, em que prevalecem empréstimos e aplicações em bolsas). As exportações de manufaturados baratos dos novos tigres asiáticos recuaram muito, porém, com a queda dos preços de algumas "commodities industriais", na área da microeletrônica, ao lado da entrada em cena de um exportador bem mais agressivo, a China.

Também o modelo interno de desenvolvimento está na berlinda. Um dos elementos centrais da crise é a fra-

gilidade bancária, decorrente da alta alavancagem financeira das empresas e da baixa regulamentação do sistema bancário, dois elementos centrais do padrão de crescimento econômico acelerado típico de todo o modelo asiático, começando pelo Japão. Justamente nesse ponto a Coreia está em graves dificuldades, com a quebra de grandes grupos industriais afetando os bancos.

A crise econômica do leste asiático é também um desafio a todo o arranjo geopolítico internacional, e não apenas da região. Questiona o papel do Japão, incapaz de articular saídas para a crise regional e obrigado a depender de iniciativas dos EUA. A China está pela primeira vez colocada diante da possibilidade e do desafio de exercer um papel regulador na sua área de influência (e de conflito potencial). A hipótese de a China evoluir para um papel de liderança regional parece depender, porém, de sua capacidade de absorver as exportações e de consolidar o comércio exterior dos países asiáticos em crise, algo que Pequim parece distante de poder realizar.

Por fim, no plano da luta de idéias, é importante lembrar que o sucesso asiático vinha sendo apontado como exemplo das possibilidades de crescimento econômico e melhoria das condições de vida dos países dependentes, desde que aceitassem as "forças de mercado" e a abertura externa. Claro que havia aí boa dose de mistificação, pois a experiência desses países divergia de várias formas do receituário liberal, com fortes elementos de intervenção estatal, controles sobre o comércio exterior, etc. Ainda assim, os tigres eram apresentados como modelos de sucesso, contra-argumento frente às fortes evidências de estagnação dos padrões de vida e dos indicadores sociais na maioria dos países do mundo, e mesmo de franca deterioração em boa parte deles. O debate sobre as alternativas para os países dependentes ganha agora novos contornos.



IMPACTOS PESADOS SOBRE O BRASIL

A reação violenta e imediata do Banco Central do Brasil derrotou os movimentos especulativos de outubro e recuperou um razoável grau de controle sobre os mercados, mas cresceu bastante a desconfiança quanto à possibilidade de se manterem as linhas básicas da política econômica. Os problemas básicos são os mesmos: enormes déficits nas contas externas, baixo dinamismo das exportações e câmbio valorizado, incapacidade de gerar superávits fiscais para administrar com mais liberdade as contas externas.

Aos investidores mais desconfiados, a equipe econômica vinha respondendo que o ajuste externo é questão de tempo, de alguns anos a mais, até que

os problemas fossem equacionados. A travessia desse período de "modernização" dependeria do financiamento externo. O Brasil oferecia (e oferece) grandes atrativos suficientes para o capital externo - privatizações gigantescas, oportunidades de negócios, juros altos, governo estável. Apesar de tudo, o país foi arrastado para o centro do furacão.

Além da crise na Ásia, o fato novo talvez tenha sido o calendário. Seria o governo capaz de reagir com dureza menos de um ano antes das eleições, correndo o risco de recessão, novas dificuldades no sistema financeiro, inadimplência? Houve então um ataque especulativo contra o Real no fim de outubro? Estava sendo testada a capacidade e a disposição do governo de reagir?

É difícil dar uma resposta precisa. A corrida ao dólar resultou de diferentes movimentos de defesa contra uma possível desvalorização do real, por parte de investidores externos e de empresas e pessoas residentes no Brasil. Alguns bancos tiveram que cobrir perdas nos mercados externos, em especial nos negócios com títulos da dívida externa brasileira. Para se configurar um ataque especulativo, porém, seria preciso que ocorresse um movimento de maior intensidade de venda de reais e compra de dólares no mercado brasileiro, em negócios à vista ou nas bolsas de futuros.

A decisão do BCB de elevar tão violentamente os juros talvez se explique por uma decisão de penalizar fortemente quem pretendesse agir nesse sentido, especialmente bancos e grandes investidores. O BCB mostrou força, montado no enorme volume de reservas externas e na ampla gama de instrumentos de intervenção de que dispõe para enfrentar os mercados. Ganhou a aposta naquele momento. Porém, ter acionado suas armas de forma tão intensa, em especial a elevação dos juros, além de indicar que os problemas foram realmente graves, reduz a possibilidade de voltar a acioná-las em futuro próximo com a mesma intensidade, caso seja necessário.

AS ALTERNATIVAS DO GOVERNO

Passado o momento crítico, sobram questões muito delicadas. Os níveis atuais dos juros são insustentáveis a médio prazo: efeitos negativos sobre as contas públicas, riscos de inadimplência em massa de empresas e consumidores, fragilização de bancos. Reduzir os juros com rapidez também não é fácil, a menos que o cenário externo se acalme totalmente em pouco tempo, algo pouco provável.

A reação do governo envolve dois eixos. O primeiro deles orientou o pacote de 10/11: demonstrar firme disposição de conseguir melhorias imediatas nas contas externas e nos resultados fiscais, apesar do custo político das medidas a serem adotadas. Para reduzir o déficit externo com rapidez, o único instrumento eficaz é esfriar a atividade produtiva, de modo a reduzir as importações já nos próximos meses. Os juros altos ajudam nesse sentido, mas talvez não fossem suficientes. Daí as medidas de apoio aos exportadores e a ênfase em medidas fiscais restritivas. Para equilibrar as contas públicas, foram adotados os novos cortes de despesas e a elevação de impostos, de modo a pelo menos compensar o custo fiscal da elevação dos juros.

O segundo eixo é criar "boas notícias para os mercados", ou seja, mais concessões. A ênfase nas "reformas" se explica por aí. Como se sabe, nenhuma das pretendidas reformas tem condições de produzir qualquer melhoria nas contas públicas a curto prazo, objetivo alegado pelo governo para querer aprová-las a toque de caixa. O objetivo real da aprovação das reformas é tornar o país mais atrativo para o capital externo. A reforma da previdência é colocada em primeiro lugar porque abriria um enorme campo de negócios para as instituições financeiras interessadas nos programas de previdência privada, embora seu efeito inicial sobre as contas públicas seja negativo.

Nos dois eixos, as iniciativas que o governo deverá tomar geram impactos políticos bastante complexos e nada assegura que produzam os efeitos desejados. Além disso, os mercados sabem que a capacidade de reação do BC diminuiu. Se houver novas ondas de desconfiança e novos movimentos especulativos, não será possível elevar os juros muito mais, nem vender bilhões de dólares em poucos dias várias vezes seguidas. O governo não está encurralado e sem alternativas, mas as margens de manobra estão mais estreitas e a condução da política econômica ficou mais difícil. Quais são os desdobramentos possíveis?

O quadro pode se estabilizar nos termos atuais e se descomprimir aos poucos nos próximos meses, com redução dos juros no começo de 1998 e retração econômica moderada. É a hipótese mais otimista para o governo: manter as linhas básicas da política econômica e utilizar a continuidade como argumento básico para a reeleição. Numa análise feita um ano atrás, essa hipótese receberia 70% de probabilidade e cerca de 60% até antes da crise de outubro. Uma avaliação realista pode atribuir-lhe agora probabilidade de em torno de 40%.

A simples manutenção do quadro dos últimos anos deixou de ser a hipótese mais provável para a evolução do quadro econômico até o fim de 1998. Considera-se aqui o risco de novas ondas de turbulências nos mercados mundiais, encontrando o Brasil com menor capacidade de reação, e também o risco de crises de desconfiança especificamente contra o Brasil, mesmo sem problemas relevantes em outros mercados.

Quais as alternativas de política econômica que o governo poderia adotar no caso de agravamento insustentável do quadro externo?

Diante de um ataque especulativo mais forte, a reação inicial do governo será a defesa da taxa de câmbio, vendendo dólares para enfrentar os mercados e adotando novas e mais fortes restrições à atividade econômica. Medidas desse tipo, contudo, mesmo com maior ênfase, poderiam ter menos fôlego que em outubro ou até revelar-se ineficazes. Em uma situação assim, a perda de reservas (pela venda de dólares pelo BC para "peitar" os especuladores) poderia ocorrer com certa rapidez, com o risco concreto de o governo e o BC acabarem colocados contra a parede, sem reservas para reagir, tendo que aceitar uma desvalorização "caótica" (como no México em dezembro de 1994).

Se uma ameaça dessa ordem chegar a se delinear de forma clara (se as reservas do BC cairam abaixo de US\$ 35 bilhões, por exemplo), o mais provável é que o governo se antecipe e desvalorize o câmbio antes de perder o controle e ser arrastado pelos mercados. Seria uma desvalorização cambial de 20% a 30%, acompanhada por forte elevação dos juros e expressiva retração da atividade econômica, do consumo e da renda real da população.

Embora seja quase uma obviedade, não é demais lembrar que as implicações políticas de qualquer uma dessas alternativas são bastante complexas, difíceis de prever e, mais ainda, difíceis de enfrentar.

CARLOS EDUARDO CARVALHO É PROFESSOR DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA DA PUC/SP E ASSESSOR ECONÔMICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS, CNB/CUT.

A CORRENTE SINDICAL CUTISTA QUER SE FORTELECER COMO ALTERNATIVA DE DIREÇÃO PARA O SINDICALISMO COMBATIVO.

RAFAEL FREIRE

Nos dias 1 a 3 de novembro foi realizada, em São Paulo, a segunda conferência nacional da Alternativa Sindical Socialista (ASS), corrente sindical da Central Única dos Trabalhadores, com a presença de mais de cem delegados(as) de 17 estados do Brasil. Em debate o aprofundamento de suas bases programáticas e políticas e o fortalecimento de seu funcionamento interno, com o objetivo de reforçar a Alternativa como um pólo aglutinador de esquerda na disputa de rumos da CUT.

A conferência reafirmou a avaliação do atual período da luta de classes expressa nas teses da Alternativa ao VI CONCURT, atualizando-a face os fatos mais recentes que demonstram as potencialidades de resistência dos ataques neoliberais - expressas em movimentos como a marcha dos sem terra, os atos de primeiro de maio ou a luta contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Mas continuamos vivendo uma situação em que a esquerda tem tido dificuldades de catalizar este descontentamento em torno de uma alternativa global. A conferência apontou a necessidade de fortalecer as lutas imediatas e de desenvolver mobilizações que aglutinem diversos setores e suas pautas específicas em ações comuns, a exemplo da marcha convocada pela CUT/RS.

A DISPUTA DOS RUMOS DA CUT

A estratégia política que a maioria vem desenvolvendo desde a plenária nacional da CUT de 1990 mostrou logo sua impotência na famosa negociação do "pacto social" que foi tentada com o governo Collor. Em 1996 tivemos, na reforma da previdência, uma nova amostra desta estratégia suicida. Assim, a opção política da atual maioria da CUT está levando a Central a um quadro desastroso marcado pelo fortalecimento de uma burocracia sindical no seu interior.

Por outro lado, ainda temos um for-

CONFERÊNCIA DA ALTERNATIVA SINDICAL SOCIALISTA



MAX ERNST: FRUIT OF A LONG EXPERIENCE 1919

te potencial de lutas no conjunto da CUT, inclusive nas bases da atual maioria, o que coloca demandas nem sempre compreendidas pelo conjunto da esquerda da CUT. Uma política consistente com essa realidade exige que rejeitemos, com veemência, qualquer tentativa aventureira de cindir o movimento sindical cutista. Nossa tarefa é canalizar o potencial combativo, rebelde, lutador que existe dentro da Central para recuperar os rumos de um sindicalismo de lutas, democrático, classista e de base.

A conferência da ASS tirou como meta disputar a direção da CUT e construir uma nova hegemonia no seu interior, o que deve se expressar no próximo congresso nacional da Central no ano 2000. Queremos mudar a política geral da Central e por isso vamos disputar a CUT por inteira e não só os aparelhos sindicais.

BALANÇO DA ASS E ORIENTAÇÕES PARA SUA CONSTRUÇÃO

Quando fundamos a Alternativa, em 1995, buscamos reagrupar uma militância socialista e combativa de esquerda referenciada no PT mas dispersa na Central, oferecendo um espaço coletivo de atuação sindical para aqueles que buscavam recuperar os princípios que deram origem a CUT. O engajamento militante não poderia ficar na declarações de intenções, mas deveria responder, de uma perspectiva socialista, as demandas imediatas da classe trabalhadora de hoje. Temos um balanço positivo desses dois anos de vida da ASS, mas ao mesmo tempo crítico no que diz respeito aos compromissos assumidos e, por diversos fatores, não realizados.

A conferência da ASS reafirmou seu

caráter de corrente da CUT e o compromisso de se manter como espaço coletivo de militância. Mas reforçou que base para a adesão à ASS é seu programa, com princípios que devem necessariamente se refletir na ação e na prática sindical de seus integrantes. A conferência também abriu espaços para o debate e aprofundamento destas bases programáticas. Estabeleceu que a busca do consenso deve guiar a definição da política da Alternativa, mas que poderemos no limite utilizar da aferição de posições ou do voto na definição da representação da ASS. Esta medida quer aprofundar o funcionamento da ASS, à luz de problemas que já tivemos e anteendo os desafios para o futuro.

Ainda temos problemas sérios em estados que são fundamentais para uma política nacional de esquerda, como é o caso do Rio Grande do Sul, onde um setor minoritário da ASS mantém resistências em relação ao seu funcionamento orgânico. E este é só um exemplo entre outros problemas em ramos ou estados do país. Mas o fundamental é, à luz da conferência, percebermos que esses problemas da ASS podem e devem ser superados.

POLÍTICA DE ALIANÇAS

Para alcançar seus objetivos, a ASS terá que trabalhar uma política de alianças que viabilize a construção de uma nova hegemonia na Central. A política desenvolvida no VI CONCURT sinalizou para a Central a possibilidade de uma nova direção. Ela só foi possível devido a determinação da ASS em atuar conjuntamente com todo um leque de forças sindicais de esquerda.

A conferência da ASS definiu a constituição de um "campo" de esquerda para atuar na conjuntura e reforçar a relação com outras correntes da Central. Considerou também necessário a elaboração de um agenda política comum de esquerda.

Mas rejeitou, ao mesmo tempo, a ideia de constituição de uma corrente orgânica da esquerda, bem como um funcionamento que seria reflexo disso, com plenárias conjuntas etc. Rejeitou também que esse campo de esquerda seja um espaço de disputa entre as correntes, criando entre elas um tensionamento que nada ajuda na formulação de uma política alternativa para a CUT.

Está colocado para a Alternativa Sindical Socialista o desafio de se afirmar como uma corrente sólida, de esquerda - para muito além do que é hoje, como a segunda corrente da CUT. Devemos nos constituir como núcleo político de uma futura maioria com capacidade hegemônica na direção da CUT. Cabe hoje às/aos militantes da ASS superar seus problemas internos e conseguir reponder às aspirações e esperanças de uma grande parte dos militantes sindicais do Brasil.

CONEXÃO ZUMBI VIVE

Nós, do movimento negro, consideramos a figura de Zumbi dos Palmares a representação da luta, determinação e resistência da população negra deste país. Um dos nossos heróis nacionais, Zumbi foi assassinado pelo governo colonial em 1695, no dia 20 de novembro, data que o movimento negro estabeleceu, em 1977, como Dia Nacional da Consciência Negra. Marco central na experiência de construção de um Estado Multirracial, o Quilombo dos Palmares era liderado por escravos e resistiu por um século aos ataques do colonialismo. Nós, afro-descendentes, não abrimos mão da imagem e do papel do líder Zumbi.

Através de projeto de lei, o vereador Ed-

son Santos conseguiu instituir na Câmara do Rio de Janeiro, o dia 20 de novembro como Feriado Municipal de Zumbi dos Palmares (Lei 2.037). O prefeito César Maia vetou o projeto. Mas, ao retornar à Câmara, ele foi novamente aprovado. O prefeito recorreu ao Tribunal da Justiça, que aceitou argumento da prefeitura, agora sobre o comando de Conde, de que somente cabe ao município decretar feriados religiosos. Mas, na verdade, não há nada na lei do feriado que afronte a constituição.

A Conexão Zumbi Vive surgiu, então, com o objetivo de garantir a mobilização da comunidade afro-carioca em defesa do feriado de 20 de novembro, em memória de nosso líder negro. Esta Conexão foi construída por entidades do Movimento Negro e da sociedade civil, comprometidas com a luta por uma sociedade justa, igualitária, anti-racista, anti-sexista e democrática.

A Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT-RJ, participante da Conexão, em conjunto com a Secretaria Nacional de C.R., orientou os parlamentares do PT em seus estados e municípios, para apresentarem o mesmo projeto de lei, instituindo o feriado de Zumbi dos Palmares. E o recurso pela manutenção do feriado que tramita no Supremo Tribunal Federal ainda não foi objeto de pronunciamento desta instância.

Nossa passeata do Dia Nacional da Consciência Negra, acontecerá, como há alguns anos, celebrando Zumbi. E esperamos celebrar em breve o feriado deste líder, com um pronunciamento do STF favorável a nós e contrário à postura racista e discriminatória da elite brasileira representada pelos prefeitos César Maia e Conde e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Luciene Lacerda é Secretária Estadual de Combate ao Racismo do PT/RJ.

RAFAEL FREIRE NETO É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT E DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA ASS.

PRIMEIRO PASSO PARA NOVAS LUTAS

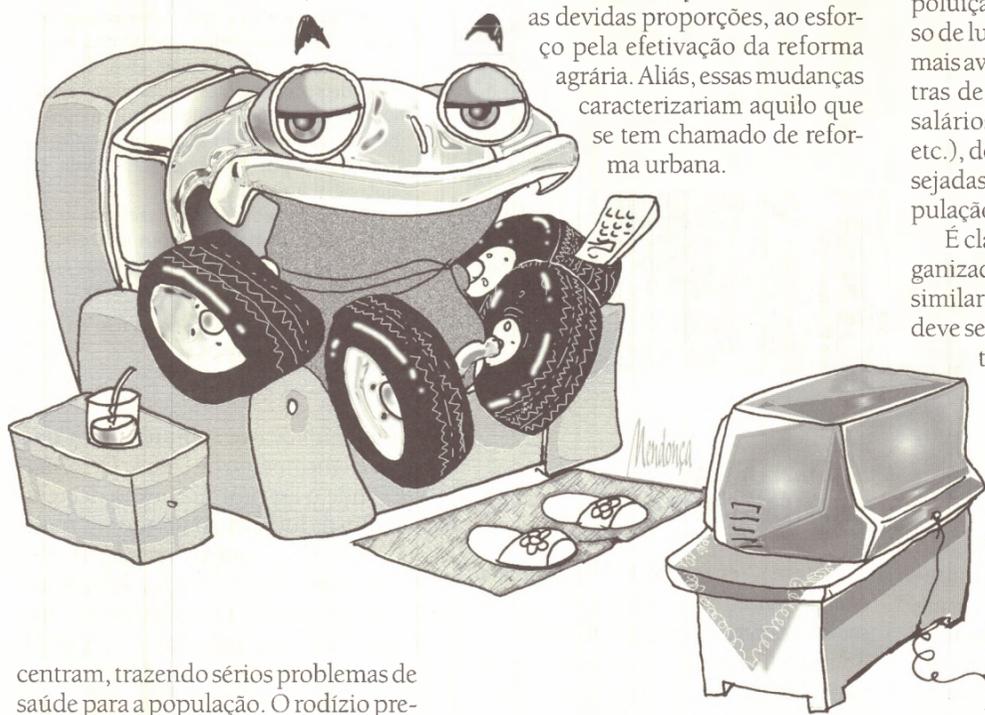
O combate à poluição do ar nos centros urbanos é uma medida vital para elevar a qualidade de vida nas grandes cidades. Hoje a circulação de veículos é, na maioria dos casos, a principal responsável pela poluição. Problema muito antigo em metrópoles como a Cidade do México e Santiago do Chile, o tema ganhou destaque entre nós com a iniciativa do governo do estado de São Paulo de promover o rodízio de automóveis particulares na grande São Paulo entre os meses de maio e setembro - proibindo a circulação de 20% dos carros cada dia, de 2ª a 6ª feira.

A situação da capital paulistana se agrava muito neste período, na medida que o teto da inversão térmica fica mais baixo em São Paulo. Durante boa parte do ano, o tempo é aí instável e as camadas onde se concentram os poluentes são dissolvidas pelas frentes de ar frio. Mas no inverno o tempo é mais estável e a camada de inversão térmica fica mais próxima ao solo, funcionando como uma tampa sobre a mistura de ar e poluentes (gases e partículas em suspensão). Os ventos são, por vezes, insuficientes para promover uma rápida diluição dos poluentes, que se con-

centram, trazendo sérios problemas de saúde para a população. O rodízio pretende reduzir a emissão de poluentes neste período.

com eficiência o problema da poluição do ar na cidade, mesclam-se com as que deveriam ser tomadas para resolver os problemas de trânsito, as insuficiências e incorreções viárias, as distorções do zoneamento e dos planos diretores, as mudanças na cultura de toda a população etc... Enfim, estamos falando em mudanças estruturais na cidade.

Medidas estruturais? Atenção! Não estamos falando, apenas, de recursos gigantescos, que podem ou não ser utilizados dependendo de interesses econômicos e políticos mais imediatos. Entramos na seara dos interesses, que organizaram o surgimento e o desenvolvimento de São Paulo, sem os quais não existiria a cidade que nós conhecemos, com todas as suas desigualdades e injustiças sociais, mas sim uma outra cidade. Isso não quer dizer que, se mexermos nessas características estruturais da cidade, estaremos mudando também a estrutura social. Nos países centrais existem cidades estruturalmente muito melhor resolvidas, que convivem com injustiças sociais semelhantes às que nos referimos. Entretanto, o esforço para promover mudanças estruturais na maior cidade de um país como o Brasil equivale, mantidas as devidas proporções, ao esforço pela efetivação da reforma agrária. Aliás, essas mudanças caracterizariam aquilo que se tem chamado de reforma urbana.



centram, trazendo sérios problemas de saúde para a população. O rodízio pretende reduzir a emissão de poluentes neste período.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS

O rodízio foi objeto de muitos debates em São Paulo, frequentando por meses as manchetes dos jornais. Mas se não faltam dados que demonstram que o rodízio, como uma medida isolada, é um procedimento precário, insuficiente para enfrentar o problema da poluição, ele apresentou também alguns resultados palpáveis. Devido às multas ou não, na maior parte do tempo a proporção de veículos da vez que não saíram às ruas foi acima de 90% e a poluição do ar, que só era tratada como tema de conversas sem compromissos, adquiriu *status* de problema real a ser resolvido.

As medidas de fundo, para atacar

PONTO DE PARTIDA PARA REORGANIZAR A CIDADE

As medidas de fundo necessárias não se resumem, pois, em melhorias no sistema viário e de transporte coletivo, priorizando as alternativas de subsolo e aéreas, além de tornar obrigatório o uso de catalisadores e filtros de fumaça. Isso é a ponta de um iceberg, pois, ao executar tais medidas de acordo com os interesses da maioria da população, se estaria mudando os valores imobiliários, as características que determinaram o atual zoneamento da cidade e alterando, o quadro que define a própria existência dos privilégios característicos da sociedade de classes.

Para chegarmos a algum lugar, temos que dar um passo após o outro e nos certificarmos quanto a estarmos no

A GRANDE SÃO PAULO CONHECEU, ENTRE OS MESES DE MAIO E SETEMBRO, UM RODÍZIO NA CIRCULAÇÃO DE AUTOMÓVEIS. OS PRÓS E CONTRAS DESTA INICIATIVA SÃO AQUI DEBATIDOS.

WILLIAM JORGE GERAB

caminho certo. Assim, em se falando de questões ambientais, podemos reivindicar a aplicação das soluções já evidentes, pois cada nova situação criada propiciará um avanço na formação da consciência e indicará os próximos passos a serem dados. Repetiremos, ainda, muitas vezes esse procedimento até nos aproximarmos de um desenvolvimento sustentável.

Podemos dizer, então, que o rodízio, a Inspeção e Manutenção (que visa a regulação dos motores para submeter os veículos aos padrões legais de emissão de poluentes e de ruídos) e outras medidas emergenciais e paliativas, devem ser vistas como o ponto de partida, não só das medidas de combate à poluição, mas também de um processo de lutas que, se combinadas a outras mais avançadas do mesmo caráter e outras de caráter distinto (por moradia, salários, emprego, reforma agrária, etc.), deverá possibilitar condições desejadas de vida para a maioria da população.

É claro que, para isso, os setores organizados dessa população deverão assimilar essas reivindicações. Esta não deve ser uma tarefa difícil para estes setores, já que a poluição atinge a todos e, em particular, às crianças, idosos e pessoas com a saúde já debilitada. Temos tarefas para os sindicatos, entidades dos movimentos populares, etc.

No caso de quem quer contribuir para a efetiva melhoria das condições de vida na cidade, levar o rodízio a sério deve significar muito mais do que exigir probidade administrativa (inclusive no caso da IM), com uma melhor administração dessa atividade, com treinamento adequado e melhores condições de trabalho para os fiscais etc. Significa um primeiro passo na busca da mobilização popular pelas providências de maior vulto, como uma melhor estrutura viária, mais metrô, melhores e mais ônibus e daí em diante.

Sem dúvidas, nesse caminho está o questionamento sobre as verdadeiras intenções dos governantes frente à população. Mais do que isso, esse é um dos caminhos para a formação da idéia da sociedade que interessa à maioria oprimida dessa população.

WILLIAM JORGE GERAB É SOCIOLOGO. TRABALHA NA SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO.

UM RELÓGIO BEM ANTIGO...

Os mecanismos de controle dos ritmos biológicos são um velho enigma. Há muito sabe-se que existem ritmos que correspondem a períodos de tempo definidos: os ritmos circadianos. Também já era sabido que existiam razões genéticas para a regulação destes ritmos. O que não era claro, ou mesmo imaginado, era que os mesmos mecanismos de controle genético estão presentes em uma diversidade muito grande de seres vivos.

Estudos recentes mostram que os genes responsáveis pela regulação de ritmos diários, aqueles genes que se expressam durante o dia e ficam quietinhos à noite, são muito semelhantes em seres humanos, camundongos e moscas de fruta. Assim, parece que esta carga genética tem sido preservada ao longo de boa parte do processo evolutivo (*Science*, 277, 1762, 1997)

RESISTÊNCIA NATURAL À AIDS

Alguns homens e mulheres são imunes aos efeitos do HIV, o vírus responsável pela AIDS. Quando o vírus penetra no organismo, ele ataca um tipo de célula que é parte integrante do sistema imune. Ele "engana" este tipo de célula ao ligar-se a duas proteínas que existem na membrana destas células. Recentemente descobriu-se que uma parcela das pessoas tem uma mutação genética que faz com que eles produzam uma das proteínas de forma defeituosa. Assim, o vírus não tem como se ligar à célula e o processo de infecção não se inicia. Mas este tipo de mutação não é igualmente distribuída entre a população da Terra. Cerca de 10% de homens e mulheres de origem européia tem este gene mutado, enquanto esta porcentagem é nula entre africanos, asiáticos e americanos nativos. Assim, conjectura-se que depois de o seres humanos terem se espalhado pela terra, algum tipo de infecção feita por um vírus com ação semelhante ao HIV ocorreu na Europa, selecionando esta porcentagem significativa de seres humanos com esta mutação. Utilizando modelos de evolução de populações, estima-se que esta doença tenha ocorrido entre 4300-1200 anos atrás, atingindo principalmente o norte da Europa (*Scientific American*, Sep/97)

VALE QUANTO PESA...

Quais são os tijolos fundamentais que compõem o átomo? Um estudante hoje deve responder: quarks e léptons. Quarks e léptons!!! Mas onde é que foram parar aqueles nossos bons prótons, nêutrons e elétrons?

Na verdade, os elétrons fazem parte da família dos léptons e os prótons e nêutrons são formados por dois tipos de quarks: *práximo* e *prabaixo* (do inglês *up* e *down*). Cada partícula no núcleo atômico (próton ou nêutron) é na verdade um "saquinho" contendo três destes quarks. Os nomes quark, *práximo* e *prabaixo* são invenções dos cientistas que elaboraram os atuais modelos. Por razões de simetria, todas as partículas sempre existem aos pares, daí os nomes indicando esta paridade. Na família dos quarks ainda existem o par *charmoso* e *estranho* e o *encima* e *embaixo*. Estes últimos quatro são extremamente pesados e existiram nos primeiros momentos do universo. Hoje só existem em experimentos realizados em aceleradores de partículas. O último a ser descoberto foi o quark *encima*, num experimento que custou alguns bilhões de dólares e envolveu cerca de mil cientistas. Isto fecha as previsões da teoria do "modelo padrão". Mas será que chegamos ao fim deste desmonte da matéria? Ainda não há certeza....

Americo Bernardes, professor de física da UFOP (e não da UFMG, como publicamos na última edição)

REUNIÃO PROMOVIDA
EM ROSÁRIO PELA
REVISTA AMÉRICA LIBRE
DEBATE A OBRA DE CHE E
A SITUAÇÃO DA ESQUERDA
NO CONTINENTE.

EDUARDO MANCUSO

SEMINÁRIO CHE GUEVARA 30 ANOS

Rosário, a cidade argentina em que Ernesto Guevara nasceu, sediou entre os dias 2 e 5 de outubro o Seminário Internacional organizado pela revista *América Libre*, em memória aos 30 anos da queda em combate do Che. Nestes quatro dias o Patio de La Madera esteve lotado com centenas de pessoas, com destaque para a numerosa presença da juventude argentina, a combatividade das Mães da Praça de Maio, além de representantes da esquerda européia e de quase toda a esquerda revolucionária latino-americana.

A UTOPIA DO CHE

A primeira mesa foi sobre *O aporte do Che - a utopia de uma sociedade de homens e mulheres novos*. Nela, Fernando Martinez Heredia, o principal pensador cubano na atualidade, registrou que o pensamento do Che continua sendo pouco conhecido. Segundo ele "há uma grande riqueza no pensamento do Che, ao mesmo tempo herege e ortodoxo, intransigente, ético e cheio de entusiasmo". O Che era "um pensador da praxis" que conseguiu como ninguém combinar com uma coerência radical a sua vida com seus princípios.

Michael Löwy encerrou a primeira mesa afirmando que "o Che é herdeiro de uma rica tradição revolucionária latino-americana: Mariátegui, Sandino, Camilo Torres, Farabundo Martí. E, como eles, caiu de pé, com uma arma nas mãos". Mas também é herdeiro de uma tradição marxista universal: Lenin, Trotski, Rosa, Gramsci, entre outros. Che era um homem de reflexão e não apenas de ação. Segundo Löwy, a partir de 62/63 se percebe a busca do Che por uma renovação teórica do marxismo: "o marxismo humanista do Che era profundamente contraditório com o marxismo estruturalista vigente na década de 60". Além de anti-dogmático, revolucionário, ético e internacionalista, o marxismo do Che defendia o pluralismo, "essencial para o desenvolvimento livre da inteligência".

Fernando Martinez assinalou, no debate, que "o foquismo não foi a estratégia da Revolução Cubana, e sim a luta armada de massas"; quando os revolucionários desembarcaram do *Granma*, havia em todo o país, em quase todas as cidades, um movimento cívico e social organizado e atuante.

MUITOS SOCIÓLOGOS E POUCOS SOCIALISTAS

A segunda mesa tinha como tema *Os intelectuais no mundo atual*, com a participação de Michael Löwy, James Petras e David Viñas, um velho libertário argentino. Löwy destacou que



não se pode explicar todo esse interesse pelo Che apenas pelos 30 anos de sua morte. O período recente, principalmente a partir de 1989, foi marcado pela hegemonia do pensamento intelectual contra-revolucionário, mas que nos últimos tempos se iniciou uma mudança neste quadro, o que só pode ser entendido através do ascenso da luta de classes, das mobilizações sindicais e populares. Outro aspecto positivo é a mudança de atitude dos intelectuais perante Marx e o marxismo, voltando a valorizar a importância de sua obra.

James Petras, com sua habitual ironia, destacou a existência de um grande número de marxistas acadêmicos nos EUA, mas poucos intelectuais engajados e militantes: "Temos muitos sociólogos e poucos socialistas". Também chamou a atenção para o surgimento de um novo tipo de intelectual - o "intelectual eletrônico" - que substituiu o contato direto com a realidade pelo acúmulo de toneladas de informações pela Internet, e que se considera muito revolucionário à frente da tela de seu computador recebendo os comunicados do subcomandante Marcos e passando-os adiante para outros intelectuais também na frente da tela de seus computadores.

AMÉRICA LATINA: ESTRATÉGIA E PODER

O tema *A estratégia do Che na luta pela transformação das condições sociais e pessoais* teve como principal debatedor Luis Suarez Salazar, da Universidade de Havana. Ele considera "que foi um desastre achar que alguns países seriam modelos de socialismo" e que é preciso discutir a questão do poder, tema central e principal em qualquer discussão de teoria e estratégia revolucionária. Lembra o Che quando este diz que os revolucionários devem ter a capacidade de definir as táticas adequadas a cada momento e de acordo com a realidade e as circunstâncias concretas de cada país; todas as formas de luta e todas as frentes de intervenção devem ter alternativas políticas dos revolucionários. Para Salazar devemos ser guevaristas, mas nunca querer imitar o Che. 30 anos após sua morte, devemos valorizar a unidade dos revolucionários e "não nos esquecer que o dever de todo o revolucionário sempre foi, e será fazer a revolução."

Após este debate houve a conferência de James Petras, *América Latina nas três últimas décadas*, aberta com a seguinte frase: "Castañeda tem uma vir-

Cuba debate o legado do Che

Realizou-se entre 21 e 23 de outubro em Havana, Cuba, o Seminário Internacional *O Socialismo para o século XXI*. Quem organizou o evento foi o Partido Comunista de Cuba. No ato de abertura, José Ramón Balaguer Cabrera, membro do bureau político do comitê central fez um discurso intitulado *O socialismo: uma opção viável*.

O seminário contou com cerca de 300 participantes de 97 países. Organizaram-se grupos de discussão, um sobre *Socialismo*, outro sobre *Imperialismo* e o terceiro sobre *Marxismo-leninismo*. O participante inscrevia o texto de sua exposição, seguiam-se outras e depois um debate. Muitos cubanos - funcionários do partido, de centros de investigação ou universidades - apresentaram variados temas para a discussão. Este foi um aspecto muito interessante: encontrar cubanos reivindicando a tradição marxista e uma perspectiva revolucionária buscando entender o mundo atual e encontrar alternativas concretas para os enormes problemas enfrentados pelo povo cubano - agravados pelo bloqueio dos EUA, um dos maiores crimes cometidos contra um povo inteiro.

A maior parte dos participantes do seminário eram de partidos comunistas. Os asiáticos estavam alinhados com as teses do PC Chinês, o socialismo de mercado. Outros, tinham um discurso que só ecoava o passado ou os "princípios do marxismo-leninismo", como entendidos pelos antigos manuais de Moscou, que nada ajudam a entender a realidade.

No seu discurso Balaguer afirmou: "Sem o ânimo de nos deter na análise da derrocada do socialismo na Europa do Leste e na URSS, posso recordar que o chamado efeito dominó não chegou a nosso país". E mais adiante: "Se significou o desmoronamento de um tipo de marxismo dogmático e vulgar, que nesses países alcançou força de teoria oficial, enterrando muitos princípios centrais de nossos clássicos e elevando a caráter de lei universal, teses que só serviam para justificar posições políticas e que apenas contavam com aval científico... Todos sabemos que os clássicos não desenharam um esquema da sociedade socialista, eles elaboraram teses fundamentais. O socialismo que sucumbiu, foi se afastando do ideal socialista concebido por Marx, Engels, Lenin e outros marxistas".

A solidariedade internacional e a abertura para debater com diferentes tradições marxistas é mais um fator que fortalece a luta socialista em Cuba.

Joaquim Soriano é secretário nacional de organização do PT

tude: equivoca-se sempre!". Um mês após o lançamento de *Utopia Desarmada* (onde o escritor mexicano decretava o fim da luta armada como alternativa na América Latina) irrompeu o levante zapatista em Chiapas. Petras lembrou que a primeira experiência política do Che, na Guatemala, com Jacob Arbenz, apostava na via eleitoral, mas que após a derrubada do governo, ele se dá conta da impossibilidade das alternativas democrático-reformistas na América Latina.

O tema *O que aconteceu na América Latina nos últimos 30 anos* foi desenvolvido por Marta Harnecker, escritora marxista chilena há muitos anos radicada em Cuba, e por Emir Sader, do PT. Tivemos ainda o seminário *O que aconteceu na Argentina nos últimos 30 anos*, e uma mesa sobre a esquerda européia, com a participação de representantes da Esquerda Unida, da Espanha, da Refundação Comunista, da Itália, e da Liga Comunista Revolucionária, da França. O ciclo de conferências foi encerrado por Frei Betto, diretor da revista *América Libre*, com uma palestra sobre o *Che e a educação do homem novo*.

EDUARDO MANCUSO É SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO DO PT DE PORTO ALEGRE.

BERTOLT BRECHT

Brecht (1898/1956) é considerado um dos maiores dramaturgos e pensadores do teatro ocidental. Sua teoria propõe um teatro em sintonia com sua época, que ele chamou inicialmente de "épico", preferindo depois o termo "dialético".

Brecht nasceu na Alemanha e sua vida foi marcada pelas duas grandes guerras, pela luta contra o nazismo e pela defesa do socialismo democrático. Sua contribuição representa um passo importante na discussão da dimensão política da arte teatral.

Realidade teatral, utilização de fragmentos, introdução de canções que comentam a ação, análise de textos a partir do referencial marxista. Sua herança, onde o poético e o cívico se cruzam, é objeto de inúmeras indagações e releituras. A quase totalidade de seus escritos está publicada em português.



ALISTEN GIBBI - HEINER MÜLLER EM OBRAS DOS TRÊS ANOS 90

BRECHT EM TEMPOS DE CRISE



ALISTEN GIBBI - LOTTE LENYA EM OBRAS DOS TRÊS ANOS 90

9

e 10 de outubro de 1997 não ficarão na história do teatro brasileiro, diferente do que aconteceu na França em 1954, quando o *Berliner Ensemble*, apresentou-se aí pela primeira vez. A passagem por Paris da companhia teatral fundada por Bertolt Brecht foi rica em conseqüências, pela adoção ou pela recusa de novos princípios e práticas éticas e estéticas que ele trazia. Entender o impacto mitigado do desembarque pela primeira vez no Brasil do *Berliner Ensemble*, fundado em 1949 e emblema do teatro de inspiração política, significa mergulhar no imenso - e infundável - debate entre a arte teatral e a dimensão política.

O espetáculo mostrado em São Paulo, *A resistível ascensão de Arturo Ui*, peça escrita por Brecht no exílio em 1941, e última encenação de Heiner Müller, dramaturgo e diretor da Companhia até sua morte em 1995, é uma parábola sobre a ascensão de Hitler na Alemanha. O texto debate a corrupção política, os interesses econômicos, a hipocrisia e o gangsterismo sem limites da sociedade capitalista. A sátira de Brecht é mordaz, beirando o grotesco. Ele desloca a ação para a Chicago do começo do século, e o objetivo de Arturo Ui/Hitler, inspirado no mafioso Al Capone, é o controle do tráfico de couve-flores.

O que mais chamou a atenção nesta passagem por nós do *Berliner Ensemble* é a reorganização (ou desorganização) da contribuição crítica e criativa de Brecht para o teatro. O atual diretor do *Berliner*, Stephan Suschke, e o ator Martin Wuttke, que faz o papel de Arturo Ui, afirmaram uma não muito clara, mas indisfarçada, recusa do brechtismo. Algo como matar o pai, segundo as fantasias psicanalistas, ou mais simplesmente, sair da sombra de Brecht.

RADICALIZAR BRECHT

Duas possibilidades seriam então possíveis. A primeira, mais instigadora, seria uma tomada de posição radical do *Berliner* quanto à tradição brechtiana. Ou seja, fazer Brecht hoje em dia - de alguma forma sinônimo de fazer teatro político - significa rever, criticar e atualizar a teoria e a prática brechtianas. Só seria possível "fazer Brecht" deixando de "fazer Brecht". A cópia mais ou menos subserviente do teatro feito pelo próprio Brecht seria o exemplo perfei-

to da traição à sua teoria, uma vez que ela é movida internamente pela auto-crítica e por superações sucessivas.

"No fundo não existe teoria brechtiana, mas uma prática brechtiana, que é a reinvenção constante do teatro", afirma Gerd Bornheim, estudioso de sua obra. Então esta primeira possibilidade de revisão da obra de Brecht, que é a de Heine Müller, seria a postura radicalmente crítica com a qual deveria ser tomada a própria práxis brechtiana.

ADOCICAR BRECHT

A segunda possibilidade, mais inquietante, diz respeito à suposta falência teórica e prática da contribuição de Brecht. Para Wuttke e Suschke, a atualidade de Brecht não estaria na própria capacidade de superação crítica embutida no conceito de teatro dialético, mas na recusa ou no esquecimento morno - porque ele causa menos estragos e solicita menores justificativas - de alguns de seus pressupostos fundamentais. Sair da sua sombra seria então abdicar da sua radicalidade. Consistiria em esperar por melhores tempos, onde novamente seria possível falar de teatro político sem provocar reações iradas ou risos. Esta perspectiva é herdeira da queda do muro de Berlim, e da perda do ideal utópico socialista.

A Companhia sofre uma censura econômica. Censura pela fartura! Ao contrário do Brasil, onde artistas e grupos teatrais esmolam verbas, o *Berliner Ensemble* recebe uma importante verba estatal. Esta subvenção traz algumas imposições: obrigação de lotar todas as

noites os 600 lugares do teatro, selecionar para o repertório autores e diretores de "retorno garantido", evitar experimentalismos, etc. Engraçada situação de um teatro que surgiu como a mais importante reação ao teatro burguês deste século, que examinou com extrema lucidez o papel hipnótico e conservador do teatro que busca apenas o divertimento pelo divertimento e que inventou um antídoto contra regras de identificação emocional - lembrando nossas telenovelas - que tornam o teatro inofensivo, subserviente e "pragmático".

VIGOR DO TEATRO POLÍTICO

O teatro contemporâneo conhece atitudes de generosa radicalidade política. Matthias Langhoff, diretor alemão que trabalha na França, talvez expresse melhor que o atual *Berliner* as inquietações do mundo, apontando possibilidades de mudança. Ele consegue indignar o público com desabusadas críticas à hipocrisia e ao conformismo. E ele não está sozinho no campo da dramaturgia, onde autores como o inglês Edward Bond solapam sistematicamente o *establishment* teatral. Ambos revisitam a obra de Brecht, sem pedir desculpas por terem entrado, e também sem chutar o pau da barraca na hora de sair. Estes artistas indicam o vigor da vocação política do teatro.

A França dos anos 50 estava receptiva ao *Berliner Ensemble*. Tanto o projeto do *Berliner* era de grande coerência e qualidade, como a França se nutria de ideais por uma nova sociedade, forjados

A PASSAGEM DO GRUPO FUNDADO PELO DRAMATURGO ALEMÃO PELO PAÍS RECOLOCA O DEBATE DA RELAÇÃO ENTRE TEATRO E POLÍTICA.

FERNANDO KINAS

em parte pela experiência traumática da guerra. Nos anos 90 o projeto do *Berliner* e de seus artistas, atordoados por revisões ideológicas, talvez não tenham mais tanta coerência e qualidade. Além disso o nosso país, já pobre em matéria teatral, conhece uma indignância utópica evidente e responde com apatia ou ceticismo aos projetos críticos. Portanto, as condições para que o *Berliner Ensemble* influencie o teatro brasileiro certamente não estão reunidas.

A CONTRIBUIÇÃO DE HEINER MÜLLER

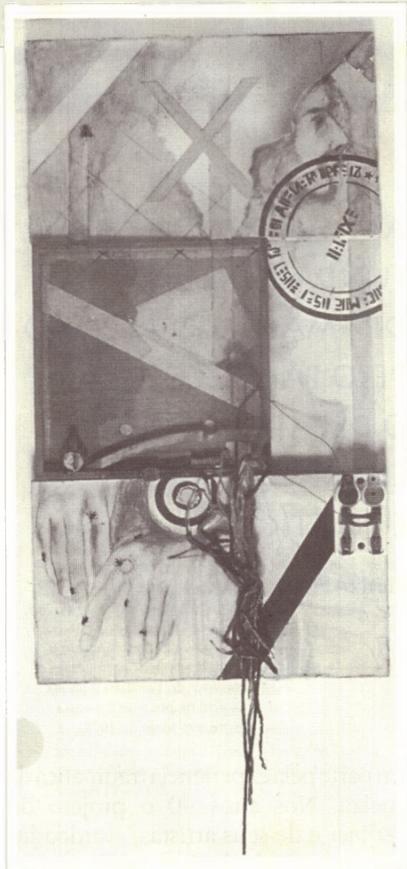
Para evitar equívocos é preciso ressaltar que o *Berliner Ensemble* continua sendo uma grande Companhia, tanto no plano especificamente teatral (exce-lentes técnicos, atores e atrizes; alto nível de elaboração dramaturgica), quanto no plano histórico e simbólico. Heiner Müller nunca foi um mero continuador, versão anos 90, de Brecht ("Minha relação com Brecht foi seletiva desde o início", dizia). Suas montagens são exemplos de uma nova e penetrante abordagem do teatro político. Ele fez críticas ao didatismo brechtiano e seus textos incluem uma dose muito maior de subjetividade. Em Müller, a liberdade proposta ao público é mais explícita do que em Brecht. Para ele "a interpretação é um trabalho que deve fazer o espectador". Müller afirmou se situar "no espaço vazio da utopia comunista", e é aí que ele se distancia de Brecht.

Um dos aspectos do *Arturo Ui* de Brecht, a explicitação da luta pelo poder entre os capitalistas, perde parte de sua força na montagem de Müller. Ele desloca o foco da ação para a auto-construção artificial e planejada da figura do ditador Arturo Ui/Hitler, destacando a espetacularização da política, que em nossa época virou moeda corrente.

As opções de Müller me parecem indicar um passo adiante no caminho brechtiano, sem que esta seja a única opção possível, ou mesmo a mais interessante. A realidade alemã é muito diferente da brasileira; aqui a *démarche* mülleriana, pode soar interessante, mas não vital. E o teatro brasileiro talvez precise desesperadamente de vitalidade. Uma equação Brecht/Müller pode nos dar pistas para encontrar esta vitalidade cívica e poética do teatro.

Tradição e ruptura confrontadas, passagem do *Berliner Ensemble* pode abrir um necessário debate sobre "teatro e política". A atualidade do tema não parece precisar de provas.

FERNANDO CÉSAR KINAS É DIRETOR TEATRAL E MESTRE EM ESTUDOS TEATRAIS PELA SORBONNE.



ALÍPIO FREIRE - F. X. MONTEZEM, 1971

Tiradentes

Tiradentes, um presídio da ditadura, é um livro (550 páginas, Scipione Cultural, R\$ 52) organizado pelos jornalistas, Alípio Freire, Izaías Almada e J.A. de Granville Ponce, com trinta e três depoimentos de ex-presos políticos, apresentação de Antônio Cândido e sete artigos (outros olhares), de personalidades de várias áreas, que analisam aspectos do confronto que, principalmente, uma parte da juventude brasileira manteve contra a Ditadura Militar.

Os organizadores, eles mesmo ex-presos políticos que passaram anos no Tiradentes, tiveram a preocupação de recolher depoimentos de pessoas que eram ligadas a organizações revolucionárias diferentes, montando um painel, no espectro da esquerda, plural. Não se trata de um "debates de linhas políticas" ou de "balanço de uma fase da luta socialista". Tendo como pano de fundo o presídio, é um esboço de um cenário, escrito por muitas mãos, de um drama profundo onde a luta e a fraternidade caminham de mãos dadas, em condições humanamente terríveis. No redemoinho de horror estabelecido pela Ditadura no Doi-Codi e no Deops, Tiradentes era, como em vários depoimentos sugerem, ou dizem, "um purgatório", que na formulação católica um intermediário entre o Inferno (tortura) e o Céu (liberdade).

"Dignidade", como diz Antônio Cândido, "é a palavra que ocorre a cada passo ao lermos os relatos, porque sentimos o quanto ela correspondia a valores que todos queriam preservar e querem agora destacar, implícita ou explicitamente".

Lutar por Dignidade em tempos de Ditadura era risco de vida. Em um dos períodos mais difíceis da história brasileira, onde a Ditadura Militar "prendia e arrebatava" homens e mulheres, na sua maioria jovens entre vinte e trinta anos, eles demonstraram nas suas ações a Dignidade, que se traduzia na busca do socialismo e da democracia.

Escreveram páginas de uma história ainda não devidamente estudada. Páginas tensas, amargas, de dores, lágrimas, mas também de muita esperança e fraternidade. *Tiradentes, um presídio da ditadura*, é um livro necessário para os que buscam construir um Brasil soberano e livre. É um livro de memórias.

Na primeira semana em que foi lançado na livraria Ática, vendeu tanto quanto o livro de Caetano Veloso, nossa estrela maior da canção. Só esse fato demonstra que a memória também podem ser combate.

Julio Tavares, ex-presos políticos no Tiradentes

150 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA

No ano que vem, estaremos comemorando 150 anos da publicação do *Manifesto Comunista*, escrito por Marx e Engels em 1848. No mundo todo, estão sendo organizadas manifestações políticas e culturais para debater o significado do *Manifesto* ao longo do tempo.

Haverá um encontro internacional em Paris, de 13 a 16 de maio de 1998, organizado pelo *Espaces Marx*, que tem procurado coordenar os esforços em todos os países para celebrar o impacto do *Manifesto* no mundo contemporâneo. Esse evento tem a ambição de: 1. contribuir para a investigação retrospectiva da idéia revolucionária, do socialismo e do comunismo; 2. confrontar essa idéia às suas realizações, seu legado, suas tragédias e seus revezes; 3. apreciar, em vista dos desafios deste fim de século, o devir de um projeto emancipador, de um comunismo libertador da humanidade.

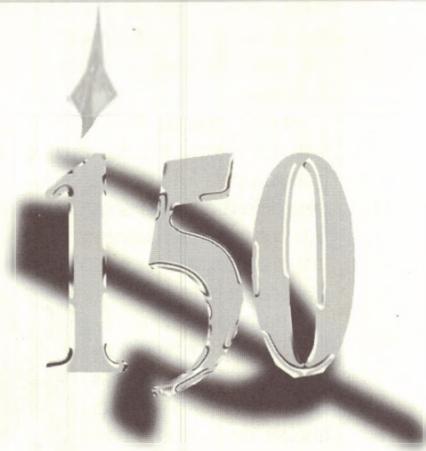
Com os mesmos propósitos, várias iniciativas têm sido tomadas no Brasil para comemorar os 150 anos do *Manifesto*. Elas estão acontecendo em vários sindicatos, partidos, universidades e movimentos sociais, nos mais diversos pontos do território nacional.

Buscando coordenar os esforços

e difundir as propostas de discussão a partir do *Manifesto*, já foram realizadas três reuniões nacionais, com número crescente de participantes, vindos de vários estados. Até aqui, já se deliberou que: 1. a sede nacional será em São Paulo, na CUT, que encampou com entusiasmo a idéia; 2. devem ser incentivadas atividades em todos os estados e municípios, conforme a capacidade de organização de cada comitê local; 3. haverá um seminário e uma grande solenidade nacional, pública, na última semana de abril de 1998; 4. toda contribuição será bem-vinda; 5. formação de uma coordenação geral, referendada a cada reunião nacional.

As próximas reuniões nacionais serão no dia 8 de dezembro, às 20 horas, na Sala da Apropuc/SP (Rua Monte Alegre, 484 - São Paulo/SP) e no dia 14 de fevereiro, às 9 horas, na CUT Nacional (Rua Caetano Pinto, 567 - Brás - São Paulo/SP).

Todos os interessados em integrar-se, individual ou coletivamente, às comemorações e aos debates em torno dos 150 anos do *Manifesto Comunista*, podem entrar em contato com: *Oswaldo Coggiola, Universidade de São Paulo, FFLCH,



Departamento de História, caixa postal 8105, 05508-900, São Paulo, SP.

* Valter Pomar, e-mail:

pt.formação@nutecnet.com.br

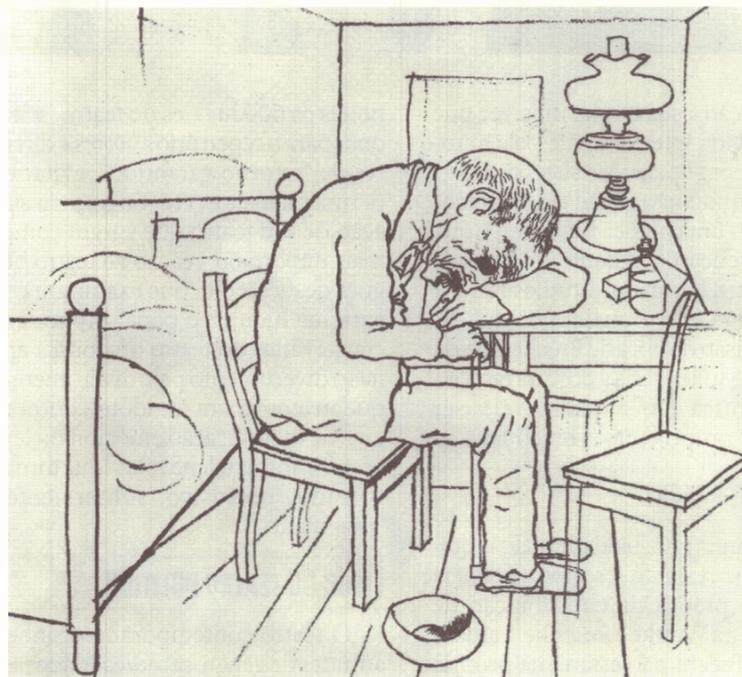
* Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, e-mail: lubejo@exatas.pucsp.br

* Zilda Iokoi, e-mail:

zmgikoi@hotmail.com.

Para quem quiser estabelecer contato diretamente com a França, o endereço é: Espaces Marx - 64, Bd Auguste Blanqui, 75013 Paris. Telefone: 0142174510. Fax: 0145359204. E-mail: <http://www.regardes.fr/EspMarx/>

Marcelo Ridenti, professor da Unesp e autor, dentre outros, do livro *O fantasma da revolução brasileira* (Ed. Unesp).



GEORGE GROZ - SAUVÉ-SE QUEM PUDEU, 1922

Horror econômico

Nesta década o noticiário é cotidiano: empresas demitem, aumenta o número de desempregados, não há perspectivas de empregos para todos no século XXI, etc... São milhares de trabalhadores, no mundo todo, que todos os meses perdem seus postos de trabalho. Paralelo a isso, são milhares de jovens que desejam o seu primeiro emprego.

O emprego/desemprego, juventude, cultura, educação e preconceito/racismo são temas da romancista, ensaísta e crítica literária do *Le Monde*, Viviane Forrester, no livro *O Horror Econômico*, publicado pela editora Unesp.

Ela mostra como cada desempregado é um drama pessoal, são sonhos não concretizados, vidas destruídas, desejos frustrados, famílias em dificuldades

econômicas, pessoas com fome. Nesse contexto, não compreendendo as razões da situação em que se encontram, passam a assumir a responsabilidade pelo desemprego que vive. "Eles se acusam daquilo de que são vítimas. Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, olhar esse que adotam, que os vê como culpados, e que os faz em seguida, perguntar que incapacidade, que aptidão para o fracasso, que má vontade, que erros puderam levá-los a essa situação. Eles se criticam - como são criticados - por viver uma vida de miséria ou pela ameaça de que isso ocorra" (páginas 11 e 12).

Não sabem eles que seus destinos são traçados fora do seu mundo cotidiano, são elaborados por homens sem vínculos com o "mundo do

trabalho". São homens, que ao não encontrarem resistências, "governam a economia mundializada por cima de todas as fronteiras e todos os governos" (pág. 26).

Jovens, filhos ou não do desespero de um desempregado, saem da escola, muitas vezes sem a escolaridade completa, no afã do primeiro emprego. Cada vez mais jovens, aptos ou não a entrarem no mercado de trabalho, engrossa a lista de desempregados, e uma grande parte, a permanecer o atual modelo, não obterá emprego até o fim de suas vidas. Excluídos, são "moças e rapazes, impedidos de habitar a sociedade tal como ela impõe a eles, como a única viável - também como a única respeitável, a única autorizada" (pág. 57).

Enquanto isso os candidatos a governo, de todos os países e de todos os partidos, mesmo sabendo que não existirá empregos para todos, continuam a prometer-los. Por que não dizem a verdade?

Há décadas o proletariado consciente luta pelo fim do capitalismo, agora vivendo uma nova fase desse sistema, com desemprego em massa, em que o trabalhador excluído do emprego, contraditoriamente, luta para ser proletário.

Face a isso, está colocado, mais do que nunca (creio que não seja a leitura da autora, mas seu texto ajuda-nos a refletir), a luta pelo socialismo. "Ainda é tempo de incluir essas vidas, nossas vidas, no seu sentido próprio, no seu sentido verdadeiro: o sentido muito simples, da vida, da sua dignidade, de seus direitos" (pág. 145) - que só será possível num outro modelo de organização político-econômica: o socialismo.

Dr. Rosinha

GUERRA DE CANUDOS

Filme dirigido por Sergio Rezende (responsável, entre outros, por *O homem da capa preta*, de 1986, e *Lamarca*, de 1994), com Cláudia Abreu, Marieta Severo, Paulo Betti, José Wilker e Jonas Mello.

Qual é a semelhança entre este filme de Sergio Rezende e *O que é isso companheiro?*, de Bruno Barreto? Várias: são produções nacionais de alto padrão técnico, com elenco televisivo (inclusive Cláudia Abreu), mas principalmente falam um pouco da história do Brasil, de um ponto de vista nem sempre oficial. Mas enquanto *O que é isso...* tentou tomar a aura de verdade, prestando um desserviço histórico, atribuindo ações de personagens a pessoas reais e vice-versa, *Guerra de Canudos* chega esclarecendo ser uma colcha de retalhos, feita dos mais diversos relatos históricos, desde ex-combatentes (a última fala de Penha, personagem de Marieta Severo), militares e, principalmente, de Euclides da Cunha. Não se trata de uma fiel abordagem histórica, mas de entretenimento e é aí que o filme se perde, e muito.

O diretor possui em sua filmografia uma galeria de heróis: *Lamarca*, Tenório Cavalcanti e agora Antônio Conselheiro e Luiza. Esta necessidade de romancear personagens banaliza a obra, torna-os pouco identificáveis com o público, distantes. Todos os personagens de *Canudos* são superficiais, não dizem a que vieram, não tornam compreensíveis suas atitudes e posturas, não consegue gerar grande simpatia ou antipatia do público.

A história de Canudos é relatada através do drama central de seus personagens. A família de Luiza (Cláudia Abreu) após sofrer com os impostos determinados pela recém-proclamada República, decide seguir Antônio Conselheiro. Inconformada, Luiza separa-se do pai (Paulo Betti), da mãe (Marieta Severo) e da irmã e do irmão menores, sofre toda sorte de dificuldades, prostitui-se, odeia Conselheiro.

Em uma montagem paralela, temos um movimento que se inicia como uma história (a família unida), passa para duas (a trajetória solitária de Luiza, de um lado, e seus pais construindo Canudos, de outro) e depois torna-se única, através da guerra. A guerra não é apenas do governo contra os sertanejos de Canudos, é uma guerra entre famílias.

Apesar do peso dos atores e atrizes principais, as interpretações são funestras - teatralizadas, artificiais, incompreensíveis frente a experiência do elenco. Outro erro terrível foi a escolha do elenco de apoio: os figurantes são tão ruins que acabam com qualquer cena em que apareçam muito - e figurante é o que não falta no filme. Por se tratar da produção mais cara já realizada no Brasil, envolvendo em torno de seis milhões de reais, estes defeitos não são passíveis de compreensão.

O mérito de *Guerra de Canudos* está, além de sua bela fotografia, no argumento. Visitar e revisitar nossa história através dos anônimos que a fizeram, é uma experiência que pode ser muito positiva para nosso cinema. Mas alguns cuidados devem ser tomados: um deles é deixar clara a diferença entre liberdade de criação e realidade, é fugir da fórmula utilizada em *O que é isso companheiro?*, que

revestiu de "verídico" uma ficção, que mentiu para o público, fazendo-o acreditar se tratava de uma história real contada pelos vencidos. *A Guerra de Canudos* não é um documentário, mas não logrou transformar um grande argumento em um grande filme. É um entretenimento médio, que merece ser visto.

Luciana Rodrigues,
produtora de vídeo



ESTIVAM ANELAR - CENA DO FILME GUERRA DE CANUDOS



Primeira publicação: 8-12-1946
COPYRIGHT: 1975 WILL EISNER

WILL EISNER: FUTURO E ARTE

A conferência do grande mestre das histórias em quadrinhos, Will Eisner, em Belo Horizonte como parte das comemorações oficiais do centenário da cidade, foi expressiva das promessas e ameaças que rondam a arte neste final de século.

Amadurecido por sessenta anos de dedicação à arte sequencial - a estética das imagens e palavras da qual os quadrinhos seriam uma subespécie - por doze anos de ensino na Escola de Artes de New York, Eisner procurou refletir sobre o futuro da arte de massas. Este, que é amplamente considerado o criador da forma moderna dos quadrinhos, uma espécie de Orson Welles desta arte, um inovador das possibilidades no uso do preto e do branco, dos planos e estilizações, centrou a sua crítica na perda da dimensão conteudística que domina o mercado. A arte feita para o mercado, para o consumo fácil e estereotipado: "quase um crime", denunciou.

Eisner quer recuperar o criador na sua dimensão de "contador de histórias". As suas graphic novels *O Edifício*, *A grande cidade*, a autobiográfica *No coração da tempestade*, revelam o humanista por detrás do criador: a intuição crítica e pessimista dos desvãos da vida na grande cidade, das objetivações e desencontros que mutilam a personalidade humana, tornando-a sombra que vaga entre enormes blocos compactos de edifício e asfalto.

De olho no futuro, Eisner prognosticou que a arte que combina imagem e palavra dominará cada vez mais o cenário das comunicações de massa no século XXI. Disse, com certo humor, do alto da sua idade bíblica, que não poderá ser cobrado pela confirmação de suas expectativas. Mas Eisner sabe, que como *The Spirit*, o seu toque de gênio continuará rondando a imaginação dos criadores do próximo século.

Juarez Guimarães



TASISIA DO ANARAL - A FAMÍLIA 1925

Solidariedade entre Mulheres em Cuba

O 2º Encontro de Mulheres do Fórum de São Paulo aprovou a resolução de apoiar e participar do Encontro de Solidariedade entre Mulheres a ser realizado em Havana, Cuba, de 13 a 16 de abril de 1998.

O principal objetivo dessa atividade é manifestar o repúdio ao bloqueio norte-americano e expressar nossa solidariedade para com as mulheres cubanas.

Com todas as críticas que podemos ter ao regime cubano, é inegável que ele tem uma força simbólica muito grande e sempre ofereceu sua solidariedade política e material para os revolucionários do mundo todo. Esta é a oportunidade

para retribuir o apoio que tantas vezes Cuba emprestou as pessoas que lá estiveram.

Para organizar a ida das brasileiras à Cuba está sendo organizada um Comitê Nacional sob a coordenação executiva das Secretarias Estadual e Nacional de Mulheres do PT, Confederação Brasileira de Mulheres (CBM) e União Brasileira de Mulheres (UBM), entidades filiadas à Federação Internacional de Mulheres (Fedim).

A idéia é que cada estado organize comitês amplos que sejam integrados por mulheres de diversos setores da sociedade, de diversas posições políticas, desde que tenham em comum o desejo de

manifestarem-se contra o bloqueio a Cuba

O Encontro de Solidariedade debaterá vários temas. No programa, a discussão de: Mulher, Economia e Desenvolvimento Sustentável; Mulher e Participação Política; Mulher, Saúde, Educação, Cultura e Seguridade Social; Mulher e Meios de Comunicação; Mulher, Violência e Discriminação; e

Mulher, Independência Nacional, Soberania e Paz.

Em tempos em que a solidariedade internacional é tão débil esta é uma oportunidade para mostrarmos com um ação concreta que somos solidárias as mulheres cubanas e reafirmarmos nosso compromisso com o socialismo.

Maria Luiza da Costa, secretária de mulheres do PT/SP



FRANCIS BACON - TRES ESTUDIOS DE KAREL VAN MANDER

IMPASSES NA LUTA PELO DIREITO AO ABORTO

EMBORA SEJA UMA ASPIRAÇÃO REAL DE BOA PARTE DAS BRASILEIRAS, O QUADRO LEGAL DO ABORTO AINDA NÃO CONHECEU MUDANÇAS

NALU FARIA

A questão do aborto está presente no debate brasileiro há muitos anos e de forma crescente. Embora no início trabalhada basicamente por grupos feministas, ela ganhou, ao longo dos anos 80, espaço no conjunto do movimento de mulheres. Nos anos 90, o tema já era amplamente debatido nas revistas femininas, demonstrando que a descriminalização ou legalização do aborto tinha se tornado uma aspiração real de importantes setores da sociedade. Cresceram as iniciativas legislativas em torno do tema: a Constituição de 1988 estabeleceu que o direito à vida fosse assegurado desde o nascimento e não, como queriam os setores conservadores, desde a concepção. Porém, até agora, não se alterou o quadro legal.

O apoio obtido não se expressou em um deslocamento na correlação de forças no sentido da legalização ou mesmo de uma flexibilização legal do aborto. Um exame mais acurado revela as dificuldades do movimento de mulheres ter um papel catalizador do debate na sociedade e orientador de iniciativas políticas mais amplas sobre o tema. Ele tem lutado pela descriminalização e legalização do aborto no Brasil centrando sua atuação no terreno institucional

e no debate de idéias, priorizando a formação de *lobbies* no Congresso, a participação em conferências da ONU e a presença na mídia.

CENÁRIO INTERNACIONAL ADVERSO

Um elemento importante para compreendermos estas dificuldades é o quadro internacional onde está colocado o debate sobre o aborto, que reflete a ofensiva das forças conservadoras e o cenário mais adverso a todos os movimentos emancipatórios. As mulheres são um alvo central da ofensiva em curso. A defesa da família e dos valores conservadores, o ataque à direitos sociais e previdenciários das mulheres e a redução dos seus direitos no mercado de trabalho são paralelos aos ataques às conquistas da legislação em relação ao direito ao aborto.

São expressões mais recentes desse processo os ataques da Nova Direita americana, o retrocesso na Europa Oriental e a atual orientação retrógrada do Vaticano. Mas os problemas são já antigos, como ilustra o exemplo dos EUA: a primeira grande derrota do movimento de mulheres norteamericano se deu em 1977 com a supressão da assistência médica estatal para o aborto, seguida da não aceitação de emenda de direitos iguais.

Este quadro defensivo expressou-se no interior da luta das mulheres através das expansões das concepções pós-modernas, do fortalecimento do essencialismo e do feminismo da diferença, da crescente institucionalização no movimento em *lobbies* e grupos voltados para a atuação estritamente parlamentar ou junto à mídia. Isso contribuiu para reduzir a força política organizada das mulheres e para o seu refluxo como movimentos de massas.

Em relação aos países do Terceiro Mundo tem sido bastante forte as pressões controlistas, veiculadas pelos órgãos internacionais e expressas pelo direcionamento dos recur-

sos por parte do FMI/BM ou pelas pressões da OMS justificadas pelos altos custos dos serviços de saúde e pelos índices de mortalidade materna. O papel destes organismos na maioria das vezes é ambíguo. Por exemplo: dada a fragilidade da democracia, os limites ao não exercício da cidadania e a não circulação de informações neste países, na maioria das vezes são órgãos internacionais ou seus agentes locais que divulgam os dados, avaliam a situação das mulheres e a realidade do aborto e da mortalidade materna nestas regiões.

Recentemente teve um grande peso todo o processo de discussão das Conferências de População (Cairo - 1994) e da Mulher (Pequim - 1995) que envolveram amplos setores do movimento. De fato, vários países (inclusive o Brasil) assinaram o texto final da Conferência de Pequim, onde aparece uma posição progressista em relação à questão do aborto (que propõe que nos países onde ele é considerado crime, os governos devem se esforçar por revisar a legislação). Esta discussão internacional mais recente tem tratado o aborto como parte dos direitos reprodutivos, mas este enfoque termina, em algumas formulações, diluindo a centralidade da luta pelo direito ao aborto.

Documentos de conferências internacionais são, porém, apenas pontos de apoio para forças políticas atuando em realidades nacionais. Estas só são alteradas a partir da construção de correlações de forças capazes de impor mudanças favoráveis às mulheres, como mostra o exemplo recente da legalização do aborto na África do Sul - uma conquista da mobilização de massas das organizações feministas e populares daquele país.

OS ATORES DA DISPUTA

No quadro nacional, temos uma situação em que de tempos em tempos a discussão do aborto emerge com peso na mídia e no legislativo. Isso tem ocorrido com mais frequência nos últimos anos e, podemos dizer, com mais apoio de setores da sociedade, envolvendo diversos atores.

O movimento de mulheres é, com certeza, o mais antigo sujeito desta luta e o que teve, inicialmente, o papel mais importante, colocando o direito ao aborto como um direito individual de controle da função reprodutiva e do livre exercício da sexualidade. Ele também destacou que a questão tem uma dimensão ligada à saúde e denunciou a forma como as mulheres mais pobres são as mais penalizadas pela criminalização do aborto.

Os meios de comunicação de massa tem sido outro ator permanente e de grande peso na formação de opinião pública. Desde 1983 revistas de ampla circulação nacional, como a *Veja* e *A Isto é*, tem publicado matérias com um tom favorável às mulheres, da mesma forma que jornais e a televisão. Mas um papel pedagógico muito mais positivo é o exercido, nos últimos anos, pelas revistas femininas, inclusive àquelas voltadas para o público adolescente. No recente debate do Projeto de Lei 20/91, a imprensa realizou uma ampla cobertura, tratando da realidade do aborto para além dos atuais casos previstos em lei. A reportagem de capa da *Veja* de setembro deste ano foi exemplar - demonstrando que existe um amplo apelo social pela descriminalização e legalização do aborto.

A atuação dos partidos políticos se expressa nos programas de governo e nos debates no legislativo, embora não seja, em geral, assumida pelo conjunto partidário e sim por algumas lideranças. Na implantação do atendimento na rede pública do aborto legal, os partidos que estão nos governos também tem um peso importante. Tem, ainda, um papel importante setores de profissionais envolvidos com a questão, particularmente nas áreas da saúde, assistência jurídica e social.

A Igreja Católica é a grande força que organiza a luta contra a legalização do aborto no Brasil, atuando da forma mais contundente possível. Diversas pesquisas demonstram que o comportamento das católicas, em relação à anticoncepção e ao aborto, não segue esta orientação reacionária. Existe mesmo uma expressão - embora muito minoritária - desta postura mais progressista no interior da instituição, através de algumas freiras e padres - apesar do movimento das Católicas pelo Direito a Decidir ter mais projeção na mídia. Todavia, a posição da hierarquia pesa muito na relação com o Estado e os partidos políticos, alvos de chantagens permanentes.

ORGANIZAR UMA AMPLA COALIZÃO PELA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

A intervenção dos atores favoráveis a descriminalização e legalização do aborto no Brasil tem privilegiado a formação da opinião pública e canalizado suas energias para atuação parlamentar. Isso é importante, mas de eficácia limitada para promover transformações estruturais - como é, sem dúvida, o caso da legalização do aborto, que questiona tradições e preconceitos profundamente arraigados. Diante de um tema tão polêmico, a luta necessária vai muito além, envolvendo necessariamente compromissos do movimento de mulheres com organizações de massa que com ele possa formar uma ampla coalizão social e política.

Neste momento, toda a ação articulada do movimento de mulheres tem se pautado pela intervenção no Congresso em torno do PL 20/91, já que os outros projetos que descriminalizam e propõem o atendimento na rede pública estão parados. Embora a posição sobretudo das brasileiras, mais do que dos brasileiros, tenha avançado no sentido de reivindicar a descriminalização do aborto, é somente a estruturação de um amplo movimento de massas que poderá pesar mais decisivamente na formação de uma opinião pública mais favorável, pressionar os partidos políticos (inclusive o PT) a terem um compromisso mais efetivo com nossa luta e incorporar as organizações sociais e os movimentos de mulheres em amplas mobilizações pelo direito ao aborto.

No Brasil já temos o apoio de importantes movimentos sociais, incluindo resoluções congressuais da Central Única dos Trabalhadores e da Central de Movimentos Populares. Mas isso ainda não foi trabalhado pelas organizações de mulheres de forma a articular uma coalizão capaz de focar energias, concentrar forças e ter uma intervenção eficiente o bastante para impor as mudanças práticas e legislativas que descriminalizem o aborto.

NALU FARIA INTEGRA A SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PT